

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO SAÚDE MENTAL E PRÁTICAS SOCIAIS

Ana Paula Devitte Fontes

**AS MATERNIDADES EM CONTEXTO DE VULNERABILIDADE SOCIAL:
PENSANDO ACERCA DO IMAGINÁRIO COLETIVO**

Santa Cruz do Sul
2023

Ana Paula Devitte Fontes

**AS MATERNIDADES EM CONTEXTO DE VULNERABILIDADE SOCIAL:
PENSANDO ACERCA DO IMAGINÁRIO COLETIVO**

Trabalho Final de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Mestrado Profissional da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC como requisito parcial para o título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Vera Elenei da Costa Somavilla

Coorientadora: Profa. Dra. Edna Linhares Garcia

Santa Cruz do Sul
2023

Ana Paula Devitte Fontes

TRABALHO FINAL DE MESTRADO EM PSICOLOGIA

Trabalho Final de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado Profissional da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC como requisito parcial para o título de Mestre em Psicologia.

Aprovada em ____ de _____ de 2023:

Vera Elenei da Costa Somavilla, Dra. (UNISC)
(Presidente/Orientadora)

Edna Linhares Garcia, Dra. (UNISC)
(Coorientadora)

Cristina Saling Kruel (UFN)

Jerto Cardoso da Silva (UNISC)

Santa Cruz do Sul
2023

CIP - Catalogação na Publicação

Fontes, Ana Paula Devitte

As maternidades em contexto de vulnerabilidade social:
pensando acerca do imaginário coletivo / Ana Paula Devitte
Fontes. - 2023.

66 f. : il. ; 0 cm.

Dissertação (Mestrado Profissional em Psicologia) -
Universidade de Santa Cruz do Sul, 2023.

Orientação: Profa. Dra. Vera Elenei da Costa Somavilla.
Coorientação: Profa. Dra. Edna Linhares Garcia.

1. Maternidade. 2. Vulnerabilidade Social. 3. Psicologia . I.
Somavilla, Vera Elenei da Costa. II. Garcia, Edna Linhares. III.
Titulo.

Dedico este trabalho a todas as mulheres
que compartilharam comigo o seu maternal e
a sua história.

E, em especial, a minha mãe, que ensinou-
me o caminho do amor e da educação.

Você tem que agir como se fosse possível transformar radicalmente o mundo. E você tem que fazer isso o tempo todo.

(Angela Davis)

RESUMO

Mulheres que enfrentam desigualdades e mães inseridas em contextos de vulnerabilidade social são confrontadas por uma série de desafios consideráveis, demandando uma resiliência notável. O cerne desta pesquisa consistiu em aprofundar a compreensão do imaginário coletivo das usuárias de um serviço de assistência social em relação à experiência da maternidade dentro de um cenário de vulnerabilidade social. Uma meta paralela foi instigar uma reflexão mais profunda sobre este tema, uma vez que uma abordagem inadequada pode precipitar um estado de desamparo abrangente, que repercute de maneira negativa na saúde mental dessas mulheres. Nesse contexto, a pesquisa buscou decifrar as percepções coletivas que permeiam essa realidade, examinando a interconexão de fatores complexos que delimitam essa vivência. Dado o significado intrínseco dessa investigação, torna-se crucial direcionar uma atenção específica a essas mulheres, já que elas frequentemente lidam com laços fragilizados e frequentemente são privadas de acessar seus direitos plenamente como cidadãs. A seleção da amostra para o estudo foi feita por conveniência, compreendendo sete mulheres adultas que são mães e vivem em situação de vulnerabilidade social, e que estão sob os cuidados do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), participando ativamente do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). Adotando uma abordagem qualitativa, foram conduzidas entrevistas individuais, empregando o Procedimento Desenhos-Éstórias com Tema, uma metodologia inspirada no Jogo do Rabisco de Winnicott, desenvolvida por Aiello-Vaisberg, a fim de facilitar a comunicação, fomentar a criatividade e encorajar a espontaneidade das participantes. As entrevistas foram gravadas, transcritas e submetidas a uma análise fundamentada na técnica de Mary Jane Spink. Consequentemente, este estudo gerou o "Baralho das Maternidades" como um produto técnico, almejando catalisar reflexões, a troca de perspectivas e a desconstrução de paradigmas nas equipes que oferecem suporte a esse público. Essa ferramenta, por sua vez, assume o papel de um instrumento para a educação contínua sobre a interseção entre maternidade e vulnerabilidade social. Em suma, este estudo reforça a importância da implementação de políticas que ofereçam apoio social, familiar e psicológico, visando amplificar abordagens preventivas e proporcionar um suporte integral às mulheres que se encontram nessa situação desafiadora.

Palavras-chave: Maternidade. Vulnerabilidade Social. Saúde Mental.

ABSTRACT

Women confronting inequalities and mothers in contexts of social vulnerability are faced with a series of considerable challenges, requiring remarkable resilience. The core of this research was to deepen the understanding of the collective imaginary of users of a social assistance service about the experience of motherhood in a social vulnerability context. Another aim was to instigate a deeper reflection on this topic, since an inadequate approach can precipitate a state of overall helplessness, which has negative consequences on the mental health of these women. In this context, the research sought to decipher the collective perceptions about this reality, examining the interconnection of complex factors that delimit this experience. Given the intrinsic significance of this investigation, it becomes crucial to direct specific attention to these women, since they often deal with weakened ties and are frequently deprived of access to their full rights as citizens. The sample of this study was selected by convenience, including seven adult mothers living in a situation of social vulnerability and who were followed in a Social Assistance Reference Center, actively participating in the Comprehensive Family Care Program. Adopting a qualitative approach, individual interviews were conducted using the Drawing-and-Story with Theme Procedure, a technique inspired by Winnicott's Squiggle Game developed by Aiello-Vaisberg to facilitate communication, foster creativity and encourage the participants' spontaneity. The interviews were recorded, transcribed and analyzed using the method of Mary Jane Spink. As a result, this study generated the "Motherhood Cards" as a technical product, aiming to catalyze the reflections, the exchange of perspectives and the deconstruction of paradigms in the social care teams. This tool assumes the role of an instrument for continuous education about the intersection between motherhood and social vulnerability. In short, this study reinforces the importance of implementing policies that offer social, family and psychological support to amplify preventive approaches and provide comprehensive support to women living in this challenging situation.

Keywords: Motherhood. Social vulnerability. Mental health.

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

CRAS Centro de Referência de Assistência Social

TCLE Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNISC Universidade de Santa Cruz do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 PERCURSO METODOLÓGICO	12
2.1 Percursos e reflexos	13
3 ANÁLISE DE DADOS	19
3.1 A maternidade e o imaginário	19
3.2 O materno em vulnerabilidade	28
3.3 A rede de apoio para materno.....	39
4 DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO	43
5 DESCRIÇÃO DO PRODUTO TÉCNICO.....	46
5.1 O modelo do baralho das maternidades.....	47
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	57

1 INTRODUÇÃO

A maternidade é um fenômeno que foi se modificando ao longo do tempo, frente aos diferentes contextos históricos, sociais, políticos e econômicos, e que, portanto, é uma construção social que está intrínseca no corpo social e sendo produzido pelos discursos e pelas práticas da nossa sociedade (BADINTER, 2011). Logo, este conceito será transversal nas discussões deste estudo e será tratado como sinônimo dos termos: maternagem, maternar, maternidade e função materna. Sendo assim, a maternidade não é apenas um acontecimento biológico e psicológico, mas um evento sócio-histórico (BENATTI et. al., 2020). Em vista disso, por muito tempo, a maternidade foi associada como uma confirmação da feminilidade da mulher e isto reflete até os dias de hoje, no qual a sociedade acaba impondo uma maternidade engessada. Em consonância, a mulher contemporânea vivencia muitos conflitos em relação a essa temática, pois ainda carrega muitos estigmas sociais nas suas escolhas e no seu desejo.

Consequentemente, quando a experiência da maternidade é vivenciada em condições de pobreza, vulnerabilidade social, instabilidade financeira e inconstância afetiva, esta pode desencadear sentimentos de desolação e de desesperança, frutos da dificuldade da sua existência somado às experiências difíceis que são próprios do maternar (BENATTI et. al., 2020). Portanto, as famílias em situação de vulnerabilidade social necessitam de atenção especial por possuírem alguns vínculos fragilizados e por não acessarem, muitas vezes, seus direitos enquanto cidadãos.

Nesse sentido, um dos conceitos chave da pesquisa é o termo vulnerabilidade social, que diz respeito às exposições, ameaças e riscos que os indivíduos convivem e que impactam diretamente na qualidade de vida dos mesmos. Destaco que durante a escrita foram consultados uma diversidade de autores que abordam esta temática. Dessa forma, sendo um conceito que está em constante edificação pela sua complexidade, pois envolve diversos determinantes de adversidades que estão passíveis a transformação. E, neste íterim, a política de assistência social, é um dos principais instrumentos na garantia de direitos, no fortalecimento e proteção dos sujeitos que estão em situação de vulnerabilidade.

Portanto, nesse contexto de vida, onde já existe uma precariedade, as demandas da maternidade vêm de modo a potencializar essa situação já existente de desamparo (ACHING, 2017) no qual, enfrentam muitas privações no exercício de sua maternidade. E, muitas vezes, são impedidas pelo Estado de promover a maternagem, pois referem que esta mulher não possui capacidade de maternar e lhe destitui desta função (ACRING, BIFFI E GRANATO, 2016).

Nesse sentido, além de serem vítimas de uma desigualdade social, acabam enfrentando muitos desafios na garantia da proteção de seus filhos e de se fortalecem frente ao seu desejo. Sendo fundamental investigar e refletir acerca da maternidade em contexto de vulnerabilidade social, visto que é necessário escutar estas mulheres que são por vezes silenciadas em nossa sociedade, pois vivenciam um processo de opressão pela desigualdade social e de gênero. Além de que, acabam sendo estigmatizadas socialmente, pois são vistas como culpadas por estarem em condições de vulnerabilidade social (KHEDY, 2019).

Este trabalho perfaz a jornada de conhecimento teórico e prático que é o proposto pelo mestrado profissional. Dessa forma, descreve o percurso da pesquisa, da prática de intervenção e da produção do produto técnico. Nesse sentido, objetivamos capturar o imaginário social das mulheres que maternam nesse contexto – de vulnerabilidade social, ou seja, deste lugar de inúmeros atravessamentos que as fragilizam frente a garantia de seus direitos, no acesso aos serviços e no próprio exercício de sua cidadania. Compreendendo então, o conceito de imaginário social pelo viés da psicanálise, que refere a um conjunto de concepções, imagens e emoções que um grupo social terá sobre um determinado fenômeno e que influencia suas ações em relação ao mesmo (AIELLO-VAISBERG & AMBROSIO, 2006).

Portanto, compreendendo as construções dessas mulheres sobre o materno e capturando como a vulnerabilidade social em que se encontram às afetam, pode ser um caminho para que possamos vislumbrar a justiça frente a desigualdade social alarmante em nosso país. Deste modo os estudos desta temática apresentam relevância para o combate da estigmatização que as mulheres enfrentam pela configuração patriarcal de nossa sociedade, do estereótipo atribuído à maternidade. E, conseqüentemente, com a aproximação da realidade, amplia-se o conhecimento científico para a área da psicologia, possibilitando ir ao encontro de elementos que auxiliem para melhorar os serviços oferecidos, visando o bem estar das mulheres.

Quanto à estrutura e organização desta dissertação, divide-se em um capítulo para abordar aspectos relacionados a metodologia, no qual foram descritos o percurso da pesquisa e o perfil dos participantes. Posteriormente, outro capítulo intitulado “Percurso e Reflexos” seção onde apresento os “gatilhos” que motivaram o desenvolvimento do estudo, bem como os modos pelos quais fui sendo capturada pela temática, o que ela produziu no campo teórico, profissional e pessoal.

Em seguida, articulo as ferramentas conceituais aos dados empíricos coletados durante as entrevistas com as mulheres mães, em que foram subdivididos em três capítulos, intitulados de “A maternidade e o imaginário”, “O materno em vulnerabilidade” e “A rede de apoio para

maternar”. Na sequência, descrevo a intervenção e o produto técnico realizado. Por conseguinte, para encerrar meus argumentos, apresento as considerações finais seguidas pelas referências.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

O estudo foi realizado em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Uruguaiana - RS. Sendo um equipamento público responsável pela oferta de serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A amostra do estudo foi definida por conveniência, sendo mulheres adultas que são mães em situação de vulnerabilidade social e que são acompanhadas pelo CRAS, devidamente inseridas no Programa de Atenção Integral à Família - PAIF. Nesse sentido, para Gil (2008), constitui o tipo de amostragem que possui menos rigor estatístico, e dessa forma, possibilita o pesquisador selecionar os elementos a que possui acesso e que representam o cenário da pesquisa, não requerendo um elevado nível de precisão.

Inicialmente, foi agendada uma reunião com a Secretária Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação. No qual foi exposta a proposta de pesquisa e intervenção. Sendo levantada a hipótese de realizar no Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), contudo pela minha inserção no CRAS, posteriormente foi modificado o local da pesquisa-intervenção. Em seguida, foi realizada a apresentação da pesquisa em dois momentos para duas coordenadoras do CRAS, devido à mudança de cargo da anterior. Nesse sentido, a pesquisa respeitou todas as determinações devidas pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e posterior a aprovação, foi iniciada a produção de dados da pesquisa. Nesse ínterim, foram realizadas sete entrevistas individuais, em consonância a uma pesquisa qualitativa que visa, segundo Minayo (1994), responder a questionamentos particulares e sua preocupação permanece em torno de dados que não podem ser quantificados, como por exemplo os significados, as crenças, os valores, etc. Dessa forma, correspondendo ao universo das relações, dos processos e dos fenômenos, e que, portanto, não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Ainda, a autora coloca que, a pesquisa qualitativa empenha-se no âmbito das significações e das relações humanas e, deste modo, não sendo possível de captar por meio de médias e estatísticas. Aspecto que contempla os objetivos de investigação propostos neste estudo.

Aliada às entrevistas foi utilizado o Procedimento Desenhos-Éstórias com Tema, que foi desenvolvido por Aiello-Vaisberg, inspirada pelo Jogo do Rabisco de Winnicott, para que

seja possível a facilitação da comunicação, da criatividade e da espontaneidade das participantes, do mesmo modo em que Winnicott nos demonstra em suas consultas terapêuticas, e, portanto, alcançar os objetivos da pesquisa. O procedimento consiste em convidar o indivíduo a realizar um desenho de um dos lados de uma folha sulfite, e em seguida, criar uma história no verso da mesma folha. Nesse sentido, tanto o desenho quanto a história terão a temática pré-estabelecida que estarão em conformidade com os objetivos da pesquisa (AIELLO-VAISBERG, 1999), onde estes desenhos não serão analisados em suas particularidades, mas utilizados como facilitador na construção da narrativa destas mulheres.

Neste sentido, a exploração do material da produção de dados foi realizada por mapas e associação de ideias, técnica pensada pela Mary Jane Spink. Onde foi transcrito todo o conteúdo das entrevistas, de modo integral, e conseqüentemente categorizado de modo relacionado com os objetivos desta pesquisa. Possibilitando ao pesquisador apreender diretamente as representações, sentidos e narrativas presentes.

2.1 Percursos e reflexos

Foi em uma tarde durante a graduação de Psicologia, na maternidade de um hospital do interior do Rio Grande do Sul – onde eu realizava minha prática de estágio – que me deparei com a história de uma mulher que mudou meu jeito de ver a prática profissional do psicólogo. Ela possuía diagnóstico de esquizofrenia e trabalhava como recicladora. Foi narrando inúmeras violências e vulnerabilidades que enfrentou e enfrenta em seu cotidiano, que morou muito tempo na rua, que enfrentou tempestade, vento e frio, porém agora está morando em uma peça ao lado da casa de sua mãe, onde conseguiu adquirir uma televisão e um colchão. Por fim, dividiu comigo, sua principal dor, a de ser destituída da guarda de seus quatro filhos, no qual me citava todos os nomes próprios deles com muito afeto.

Em nossa sociedade há enquadramentos que decidem quais vidas serão reconhecidas como vidas e quais não o serão. Quais tipos de sujeitos são aceitos, idealizados pela norma, excluindo e precarizando outros. A mulher que está vivendo em condição de extrema pobreza, carregando muitas opressões combinadas e inúmeras vulnerabilidades que vão compondo o seu existir e o seu ser, enfrenta, além da condição econômica, uma sociedade patriarcal, machista, misógina, racista. Quão importante é pensarmos nisso ao atender as pessoas. Quão importante é termos consciência de classe, é sobre a necessidade de romper a nossa bolha.

Durante aquela escuta, a equipe de enfermagem já havia contatado o conselho tutelar e feito o pedido de acolhimento do bebê que acabara de nascer. No dia seguinte, ele foi retirado da mãe. Nesse momento muitas coisas me atravessaram, sentimentos me invadem. Impotência, tristeza, choque de realidade. Eu a vi sendo vítima, mais uma vez. Assim, muitas práticas de violência vão se estabelecendo e se normalizando dentro do nosso contexto de trabalho, sem ter sido problematizadas, encobertas por uma tomada de decisão positiva e assertiva. É imprescindível refletirmos sobre a diversidade, as especificidades de cada sujeito, a complexidade das condições de vida. E, ainda, identificar as capacidades/potencialidades dos usuários no enfrentamento da vulnerabilidade que se encontram. Valorizando sua autonomia, ampliando o acesso dos serviços e assim, possibilitar vários tipos de inserção dos sujeitos, fomentando uma participação ativa. Sendo necessário evocar a voz destas pessoas que são silenciadas em nossa sociedade, pois vivenciam um processo de opressão pela desigualdade social e de gênero, para então, combater a estigmatização que as mulheres enfrentam pela configuração patriarcal de nossa sociedade e do estereótipo atribuído à maternidade.

Esta foi minha maior motivação para esta pesquisa no Mestrado, além de estar atuando em um Centro de Referência em Assistência Social, no qual meu cotidiano de trabalho é o fortalecimento de pessoas que estão em vulnerabilidade, na garantia de seus direitos e na prevenção de violências. A nossa prática profissional também perpassa o campo político, pois somos agentes da cultura, reproduzindo e transformando. Logo, precisamos ser críticos, nos atentando para os contextos, as opressões, as vulnerabilidades, a cidadania, os direitos. Não podemos estar comprometidos apenas com a classe dominante socialmente.

Nos percursos do mestrado fui sendo capturada, por textos, debates, tensionamentos, e a realização das entrevistas foi onde estas reverberações se materializaram. A cada escuta fui sendo impactada visceralmente. Como mencionei, a maternidade sempre foi uma temática de interesse, desde a graduação na minha prática de estágio, e depois na pós-graduação, onde me especializei em Psicologia Perinatal e agora, continuo subjetivada por esta temática na realização desta pesquisa e na esfera da vida privada.

Ser psicóloga nos exige a sabedoria de nos afastarmos de quem somos para ir ao encontro de um outro. Existe teoria, existe técnica. Certos assuntos são mais fáceis, outros nos tiram o ar. E quando eles nos fisgam, é necessário falar sobre, na terapia, na supervisão, nos grupos de estudo e de pesquisa. É necessário descobrir, é necessário elaborar, ou então é fundamental se afastar. Como pesquisadora, acabou se tornando um tema delicado de ser suportado. Perdi minha mãe há quase um ano, no início do segundo ano do mestrado, quando já havia decidido o tema, quando já havia decidido o local de pesquisa. Acabou se tornando

uma luta comigo mesma, de ir ao encontro de um desejo já inscrito em mim na tentativa de curar algo que a linguagem não acessa, pois nenhuma palavra alcança tal falta. Mesmo que eu tente, incessantemente.

Realizar as entrevistas foi algo como me aproximar e me distanciar o tempo inteiro. Me aproximei para enxergá-las, vê-las no seu próprio materno e me distanciar quando a escuta estava engatilhando sentimentos sensíveis. Foi um ringue interno, mas acabou me curando também. Dessa forma, a realização desta pesquisa, parte do meu interesse, do meu luto. E da luta de todas elas.

Nesse instante é importante conhecer as participantes da pesquisa, numa tentativa de levá-las até ao leitor. E, dessa forma, apresentar essas realidades que existem, mas que fingimos que não. E eu sei, é duro, mas a fome, a violência e a precariedade existem. A pesquisa está a serviço da justiça social e para que a bolha seja rompida, pois ela nos limita e não permite que a realidade seja vislumbrada, colocando um filtro, nos iludindo.

Por conseguinte, fiz convites para várias mulheres que se enquadraram nos critérios da pesquisa, no qual eu já tinha um vínculo, pelos atendimentos e acompanhamentos aos seus núcleos familiares. Algumas não me deram um retorno, outras pela timidez recusaram e outras aceitaram o convite. Portanto, foram sete mulheres entrevistadas. Uma sendo entrevistada no equipamento CRAS III – RUI RAMOS e as restantes em seus domicílios.

Minha primeira entrevistada, agendei com ela no CRAS, na sala do teatro onde realizamos alguns grupos, oficinas e eventos. Estava bem agradável, com os três ar-condicionados ligados. Do lado de fora, um calor insuportável. Ressalto que usarei nomes fictícios para preservar a identidade das mães. Ela se atrasou uma hora e meia do combinado. Eu estava cansada de esperar. Ela chegou sorridente, com suas duas filhas. Eu levei um lanche improvisado de casa e comprei um suco no caminho do CRAS. Conforme ela ia conversando comigo, as crianças comiam sem parar as bolachinhas, e aquilo me deixou abalada, pois era fome. Realizamos o procedimento desenho-estória com tema e a mesma pediu para suas filhas pintarem. Eu lembro de sentir ela feliz, contente de estar ali. Conheci ela, quando estava sem casa, morando numa peça sem teto, somente com uma lona fininha e sem porta, pelo qual entrava uma corrente de ar forte, em um inverno congelante. Eu vi esse processo acontecendo, ela foi se conhecendo e desejando o melhor para ela e para sua família. Sabe aquele olhar que abre a janela da alma, era esse olhar. Ela deixou eu vê-la, sem medo. E eu sou muito grata a ela por isso. Enquanto eu estava cansada de esperar sentada, com ar-condicionado, ela veio caminhando aproximadamente dois quilômetros sob um sol de 40 graus, com suas duas filhas. É, realmente, sou muito grata a ela.

Minha segunda entrevista foi na casa da usuária. Mesmo tendo a mãe, tias e vizinhas próximas, ela é um pouco solitária no seu maternar. Reside numa casa aos fundos do terreno de sua mãe. Sentamos no pátio, em frente a sua casa. Ela puxou um ventilador. Seu bebê não parava de chorar, estava com cólicas, nada fazia ele ficar confortável. Ela ia tentando de tudo para acalmá-lo, até que uma familiar sua chega em casa e a auxilia, fazendo com que ele dormisse. Nisso, tinha se passado meia hora, eu sinto que ela estava envergonhada por não estar conseguindo me atender, mas tento ao máximo fazer com que ela se sinta bem, digo que não precisava se preocupar comigo, que eu tinha tempo e que estava tudo bem. Seu bebê nasceu sem os dedinhos da mão direita, e ela passou por essa descoberta junto com o nascimento de seu filho. Vejo que foi algo bem árduo para ela. Acrescentando ainda o fato de que se tornou mãe com dezoito anos. Ela falava e eu sentia solidão. E esse sentimento me invadiu durante todo o tempo que permaneci com ela.

A terceira entrevista foi com uma mulher que viveu uma infância longe do lúdico, desamparada, distante de todo apoio e segurança que deveria ter tido. Possui um semblante de sofrimento, pelas suas dores - tanto emocionais, quanto corporais devido à sua condição de saúde. Hoje é a responsável pelo cuidado de sua mãe e de suas filhas. Como se segurasse o mundo em suas costas, segue sendo forte desde seus nove anos, quando trabalhava em condições análogas à escravidão. Batalhando por seus direitos, tentando fazer a infância de suas duas filhas menos penosa que a sua, no qual teve que trabalhar ao invés de brincar. Então, em um certo momento, abriu a geladeira, só tinha garrafas de água. Me mostrando sua realidade, sua angústia. Quem trabalha dentro dos equipamentos das políticas de assistência social vislumbra diariamente essas situações precárias de vida, onde as famílias possuem poucos recursos, onde a qualidade de vida fica comprometida. E o meu exercício profissional, nesse sentido, é não normalizar, é se espantar sempre, é sentir revolta, é não culpabilizar o sujeito, é não me acostumar.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) não se dedica mais a uma postura assistencialista. Portanto, atua-se na garantia de proteção social, desenvolvendo programas, projetos e serviços que auxiliam no enfrentamento das vulnerabilidades que os indivíduos se encontram no momento. Enquanto técnica de um CRAS, compreendo que a fome tem urgência e que vivemos uma desigualdade social preocupante. Os trabalhadores que estão atuando na esfera social conseguem realizar seu trabalho com os recursos que possuem, e que não são muitos. Mas a realidade é que nos sentimos, muitas vezes, desamparados para amparar muitas pessoas.

A quarta entrevistada me esperou de manhã na sua casa. Nesse dia, me perdi um pouco com o GPS até encontrar a sua casa. Quando cheguei, ela estava de roupão, com semblante de sono à minha espera. A casa estava escura, seus filhos estavam dormindo e sua mãe também. Naquele dia, fazia apenas um mês que estava empregada, com a sua carteira de trabalho assinada, e eu fiquei muito feliz por ela. Acompanhava ela pelo PAIF - Serviço de Proteção Integral à Família, junto com a minha colega, Assistente Social. E ver ela se fortalecendo depois de ter sido vítima de uma tentativa de homicídio pelo ex-companheiro é impressionante. Dividiu comigo que a sua filha caçula estava sob os cuidados do pai e da avó paterna, pois ela trabalhando agora não conseguia dar conta de tudo. Tinha um pesar na sua garganta, mesmo ela tendo a lucidez que não estava fazendo nada de errado. Mas eu entendi, a sociedade espera que trabalhemos como se não tivéssemos filhos e que criemos eles como se não trabalhássemos.

A casa da quinta participante era muito fechada. Logo na minha chegada um muro bem alto me chamou atenção. Ela estava tímida, seus cinco filhos eram bem comportados e silenciosos, nem parecia que havia crianças no local. Observei que cada um cuidava do outro. Contou-me que para ter cinco filhos ela estabeleceu uma rotina, e que cada um dos cinco meninos tinha afazeres e horário de brincar. E eu fiquei surpreendida, pois esperava encontrar um cenário totalmente oposto. Ela se referiu sobre o preconceito que sofre por ter muitos filhos, e justamente por isso tinha aquele muro bem alto na frente de sua casa. E como o preconceito sobre a sua família acaba deixando-a de fazer coisas que gostaria, como sair com todos juntos. Mas que evita, pelos olhares julgadores que recebe. Quem pode ser mãe? Quantos filhos pode ter? Como vai ser essa criação? A mãe deve trabalhar? E se ela não quiser ter filhos? Parece que são muitas regras, mas independente do caminho escolhido, acaba não tendo escapatória do julgamento.

A sexta entrevista é, com toda a certeza, sobre rede de apoio. Durante a narrativa do quanto difícil foi para ela chegar em casa do hospital, sendo mãe de “primeira viagem” e do quanto chorou junto com o choro da sua bebê, a participante foi se dando conta do quanto ela teve ajuda das pessoas que estavam em seu entorno. Assumir uma maternidade solo foi um impacto muito grande para ela, mas que devido ao suporte que recebeu, foi se encontrando no tumulto do puerpério. Possuir uma rede de apoio na maternidade é possuir fatores de proteção, como o apoio emocional, afetivo, de encorajamento e não somente o amparo financeiro ou instrumental - de como realizar o manejo com o recém-nascido. Ela tinha uma insegurança dos julgamentos e críticas sobre o seu desempenho, mas foi se encorajando e se autorizando na sua maternidade, devido a ter acesso a pessoas que foram a amparando nesse percurso.

Era um daqueles dias que é recorde de temperatura, ou seja, o dia mais quente do nosso verão, onde a sensação térmica era surreal e eu estava a caminho da minha sétima entrevista. Chegando na sua casa, suas filhas vieram me receber, logo em seguida ela apareceu. Entramos na casa, lá dentro era mais quente do que o lado de fora, e minha pressão estava um pouco baixa, lembro-me do mal estar. O teto era baixo, fazendo com que ficasse mais abafado ainda. Conforme foi se desenvolvendo a nossa conversa, ela foi compartilhando muito de suas tristezas. Abuso, estar longe da sua família, do seu país de origem. Nas entrelinhas da fala dela, ela ia me dizendo que estava confiando em mim, mesmo sua confiança sendo muito frágil, pois não teve referência disso ao longo de sua vida. Me senti com uma responsabilidade enorme. De cuidar da sua história. Foi me falando também sobre esperança, sobre o desejo de retornar ao Peru, de ficar perto de sua mãe, de dar um futuro mais confortável para suas filhas, sobre querer segurança. Escutar ela foi a escuta mais difícil entre todas as entrevistas. Sua história era dura, e minha pressão não normalizava. Lembro que tive a sensação de estar presa e de me perguntar se não era assim que ela se sentia.

Das sete participantes, seis mulheres desenharam casas no procedimento proposto antes da entrevista. E eu não estava à espera de desenhos assim. O tema era maternidade e recebo desenhos de casa, interessante. O método foi pensado como um veículo de comunicação inicial, e elas estavam expressando que a casa faz relação com a maternidade. Casa é ambiente, conforto, segurança, lugar, abrigo, pertencimento, bordas, limites, etc. E, pensando em psicanálise, o nosso existir está interligado a um ambiente facilitador. Ou seja, quando este fornece sustentação e amparo às necessidades iniciais, oferece proteção egóica. Portanto, as casas falam sobre maternidade, constituição e desenvolvimento emocional. Produções simbólicas dizem muito.

3 ANÁLISE DE DADOS

Posterior à leitura do material coletado e construção dos mapas de associação de ideias, emergiram três temáticas: “A maternidade e o imaginário”, “O maternar em vulnerabilidade”, e “As redes de apoio para maternar”. No qual serão discutidos e articulados com as referências bibliográficas relacionadas a temática.

3.1 A maternidade e o imaginário

Neste capítulo será abordado o imaginário coletivo acerca da maternidade, trazendo as narrativas das mulheres entrevistadas para que então, possamos refletir sobre como este conjunto de concepções recai nas mesmas enquanto mulheres e mães que vivem situações de vulnerabilidade.

A maternidade é um fenômeno que foi se modificando ao longo do tempo, frente aos diferentes contextos históricos, sociais, políticos e econômicos. Nesse sentido, é visto que o conceito de maternidade é uma construção social que está intrínseca no corpo social e que, portanto, é produzido pelos discursos e pelas práticas da nossa sociedade (BADINTER, 2011)¹.

Na década de 70 Simone de Beauvoir (1970) já afirmava que o ser mulher não é uma espécie natural, mas sim uma ideia histórica, em que a definição do gênero não é imutável e sequer biologicamente determinada. Logo, sendo um constructo social, onde estão em jogo todas as possibilidades de vir-a-ser que a constituição do feminino transcorre. Concepção que ainda hoje parece se fazer muito presente.

Por conseguinte, a diferença sexual vai estar expressa nas crenças e nos costumes das sociedades e não na determinação biológica (IACONELLI, 2020). Aliado a isto, Aching (2017) traz que a função materna é o produto de um extenso processo ao longo do tempo, e que essa concepção foi se modificando de acordo com o cenário histórico-social. Assim, estes modelos compõem conceitos, exemplos, advertências e indicações para a mulher-mãe e também, para o posicionamento das pessoas em torno, inclusive, dos profissionais e das instituições.

Na Antiguidade a identidade da mulher ficava em torno da procriação. Ao se tornar mãe, essa identidade permeava a ordem da perfeição, pois estaria favorecendo para a manutenção e reprodução da sociedade, consequentemente obtendo reconhecimento de todos

¹ Cito esta autora por ser considerada um clássico das discussões em relação a mulher.

e honra (SILVA, 2019). Com o padrão familiar burguês, no século XIX, os filhos se tornaram importantes para seus genitores. Com isto, a família começou a se organizar por meio de papéis parentais e o amor materno foi considerado algo natural nas mulheres, que então, começaram a cuidar da saúde dos filhos e educá-los para a sociedade (BADINTER, 1985).

Em nossa cultura ocidental, por muito tempo, foi posto a mulher o lugar de apenas cuidadora da casa e servidora de seus filhos e marido. Não havia a possibilidade de estudar, trabalhar. Inclusive, a maternagem era pensada como função totalmente da mulher, da natureza do feminino, e não algo do casal (DAMASCENO, MARCIANO E MENEZES, 2021). Assim, com a emancipação feminina, derivado de pautas feministas, tivemos espaço para questionar esse cenário. Contudo, ainda persistem muitos pensamentos e condutas patriarcais que foram enraizados ao longo do tempo, como muitas questões em torno da maternidade. Portanto, até os dias de hoje, na nossa sociedade capitalista, a família burguesa é considerada uma estrutura dominante. E esta também acabou ditando o significado de maternidade, pois este conceito se encontra associado às reconfigurações familiares, e também pelo entendimento de infância (RESENDE, 2017). Sendo então, importante o reconhecimento dos sistemas de subordinação que se entrecruzam: a classe, a raça e o gênero. Pois este reconhecimento, faz parte da compreensão da vulnerabilidade social das mulheres (QUINTINO, 2019).

Em relação a isto, podemos observar pelas narrativas abaixo que a classe, a raça e o gênero se interseccionam de modo a colocá-las em situação de grande vulnerabilidade e opressão.

E foi assim, a mudança minha foi essa. Eu penso mais nelas do que em mim, se eu quero comer alguma coisa, eu não como e dou para elas. Ou se elas vão pro colégio, eu guardo para elas, e não como. Eu não como e deixo para elas. É assim, totalmente diferente, eu nunca pensei que fosse assim, a minha trajetória de mãe né. Eu olhava para os outros que tinham filhos né, e eu dizia que nunca vou passar por isso, e aí foi tudo invertido, acabei passando por situação quase igual. (A3)

Tem muitas pessoas que se acham né. Tem umas gurias com 20 anos que têm filhos, que têm mais possibilidade de vida que outras mulheres. Como a minha situação, eu acho que são muito achadas. Por que elas tem mais coisas, mais dinheiro para criar os filhos e se acham melhor. Eu já não tenho né. Não é porque eu recebo auxílio que eu vou lá fazer mais um filho, eu tenho noção que eu não posso sustentar. (A3)

Então julgam demais e ajudam de menos. A mãe rica ali tem tudo ali para dar, e a mãe pobre não. Não digo todas, mas o carinho e a presença às vezes não tem, porque a mãe tem que tá trabalhando, tem que sair por fora para conseguir as coisas para os filhos. Mas eu vejo que as pessoas que passam mais sacrifício dão mais valor, por exemplo pelo filho que tem. Eu acredito nisso, o principal que é o amor, carinho e o respeito pela criança não tem. (A3)

Olha, pra mim não é difícil, porque eu já cuidei de “mi” irmãs, e para mim não é difícil, porque desde os meus 6, 7 anos eu já trabalhei junto com minha mãe, já aprendi junto com a minha mãe, e quando eu tive meus 10... 11 anos, eu era a que limpava a calcinha de mi irmãs, que levava o leite, que levava o açúcar, me preocupava por elas. Nós somos 4 mulheres, e eu sou a segunda mais velha. A mais velha era a que cuidava das outras pequenas. (A7)

Nesse sentido, a maternidade é um conceito que está apoiado na dinâmica da sociedade e, também, em um certo momento histórico. Ou seja, o modo como este fenômeno é visto irá variar de civilização a civilização e depende do período em que ocorre. Assim sendo, a maternidade não é apenas um acontecimento biológico e psicológico, mas um evento sócio-histórico (BENATTI et. al., 2020). Consequentemente, muitos mitos ainda se mantêm, que foram estabelecidos por concepções religiosas e patriarcais. Para Visintin, Ambrosio e Aiello-Vaisberg (2023), pelo viés da Igreja Católica, a mulher tinha a possibilidade de encarnar apenas um tipo de mulher, ou seja, o papel de Maria – mãe, santa, obediente – ou o papel de Eva, desprezando a imagem de mulher como sendo pecadora. Em conformidade ao que foi colocado, observou-se nas falas das mulheres uma perpetuação cultural dos aspectos religiosos e também, patriarcais que carregamos:

Ser mãe é uma benção que Deus deu pra gente, não? Ter eles para dar a felicidade, orgulho para a gente. (A6)

Por isso que eu digo que a minha maternidade foi uma benção de Deus. Eu gosto, eu gosto de ser mãe. (A1)

Mas depois eu fiquei pensando, que ele só tinha eu por ele, ele não tinha mais ninguém, e ele é um anjinho, não tinha como se defender, não tinha ninguém por ele. Aí eu pensei, eu tenho que entender, e uma hora eu vou entender o que foi que aconteceu. Mas eu só tenho que ficar do lado dele, porque ele precisa. (A2)

Eu acho que a sociedade não vê as mulheres que são mães e estão em vulnerabilidade social. Muitas vezes julgam, muitas vezes... ah aquela lá deixou os filhos. Uma coisa que acontece muito é a mãe solteira sair. E para as pessoas a mãe solteira não pode sair, tem que tá sempre em casa, cuidando dos filhos. Não pode ter vida. Olha lá, aquela... os filhos com a avó e ela na rua. Só que ninguém entende, que a mãe também precisa. É um ser humano, precisa de um tempo de paz para a cabeça. (A4)

Aliado a isto, Zubeldia e Bardi (2020) trazem que a linguagem é uma ferramenta de controle social e de disseminação da diretriz patriarcal, onde as relações vão se estabelecendo por meio dela nas sociedades. Exemplo disto seriam os protótipos de identidade masculino e feminino, que privilegiam os homens às mulheres, pois estas sempre foram ditas como passivas e designadas ao espaço privado e a uma vida imóvel frente ao trabalho, a maternidade, e inclusive, a violência, que segundo Silva (2020) possui o patriarcado – organização social e cultural em que o masculino está em privilégio – como uma base, no qual mantém e legitima a

mesma. Sendo assim, o gênero se torna uma “camisa de força”, onde a ordem patriarcal vai perpetuando desigualdades, e inclusive, estimulando a violência, dominação e exploração das mulheres. Como podemos observar nos trechos abaixo.

Eu já era mãe. Esse meu irmão mais novo, esse que está no quartel, foi eu que criei ele, né? (A7)

Porque a sociedade é assim, uma mãe solteira tem que tá sempre se doando para os filhos. Casada também tem esse julgamento. Ah mas como vai deixar teus filhos? Mas eles tão bem, tão alimentados, tão bem vestidos. Não estão na rua. Essa pressão, faz com que muitas mulheres fiquem com os maridos em um relacionamento abusivo, pois pensam... ah eu preciso ficar com essa pessoa, por causa dos meus filhos, não... tu é mãe, tu consegue sozinha, dá o primeiro passo.(A4)

Estas manifestações tendo origem no patriarcado, então, sendo um sistema de dominação-exploração, é mais antigo que o racismo e a subordinação econômica. Assim, a cultura patriarcal tem a violência como constituinte. Portanto, o gênero, o patriarcado e as violências estão sobrepostos, onde se normaliza a dominação dos indivíduos que são tidos como inferiores (SAFFIOTI, 2015). Ocupando um lugar entre a subordinação e a dominação, a relação entre homens e mulheres se constituiu em nossa sociedade. Conseqüentemente, o feminino não tem o poder de decisão, inclusive sobre sua própria vida particular (VIGANO, LAFFIN, 2019). Nesse sentido, os papéis atribuídos para homens e mulheres vão construindo uma identidade social. Visto isto, acaba delimitando os espaços conforme o gênero, ocorrendo então, campos naturalizados socialmente (COSTA; PAZ; OLIVEIRA, 2021). E que, portanto, não se pode falar sobre o feminino, sem compreender o contexto sociocultural, econômico e político.

Por conseguinte, a maternidade foi por muito tempo pensada e associada como uma confirmação da feminilidade da mulher, e que esta apenas sentiria a felicidade plena e sua completude após ser mãe. Isto se reflete até os dias de hoje, pois a escolha da mulher é questionada e seu desejo negado, onde a sociedade acaba impondo uma maternidade a todas as mulheres. Em consonância, a mulher contemporânea vivencia muitos conflitos com a maternidade, pois ainda carrega estes estigmas sociais nas suas escolhas. E, quando escolhem a maternidade vem o julgamento de como se dá este cuidado, de como ocorre a maternagem e a parentalidade dessas mulheres. Ou seja, independentemente da escolha, ocorrem juízos, avaliações e críticas, que já foram mencionadas acima.

Assim, Palmeira (2023) traz que a maternidade como escolha da mulher é um acontecimento contemporâneo, que está ancorado nas transformações sociais e econômicas que foram ocorrendo com o passar do tempo, inclusive pela luta feminista. Desse modo, as pílulas

anticoncepcionais e a discussão sobre os métodos contraceptivos contribuíram para que hoje a maternidade possa ser uma escolha, ao invés de algo compulsório a toda mulher. Contudo, o mito do amor materno ainda é um imaginário social enraizado na nossa sociedade. Logo, Cuesta (2008, p. 183) coloca que:

O processo de construção da maternidade envolve a geração de uma série de mandatos relativos ao seu exercício, de normas que estão incorporadas nos sujeitos e nas instituições e que se reproduzem em discursos, imagens e representações de toda espécie, produzindo um ideal materno. Assim, as contribuições do feminismo têm colaborado, produzindo questionamentos desses mandatos sociais que recaem sobre as mulheres (tradução do autor).

Desse modo, o mito do amor materno é uma crença, que foi instaurada a partir do final do século XVIII, sendo então parte da memória familiar e passado de geração para geração. Sendo um “organizador das sociedades”, pois determina muitas regras sociais (RESENDE, 2017). Consequentemente, Sosa (2023) refere que os mitos que estruturam a instituição familiar na modernidade e, que fazem parte do imaginário social, estão em torno do amor romântico, da passividade erótica do feminino e do mito da mulher-mãe, como pode ser observada esses itens nos trechos abaixo:

Eu sempre sonhei em ser mãe de uma filha mulher, ela é uma bonequinha na verdade, mas humana. É um desafio. Era como eu imaginava. Bastante desafio, mas muita saúde. Muda muita coisa na vida da gente, mas é a melhor coisa do mundo. Eu to sendo muito... como se diz... é um presente na vida da gente. (A6)

*Eu tento ser uma **boa mãe**, espero ter um retorno disso lá na frente. **Uma boa mãe** tá ali junto, protege, vai nas festinhas do colégio. Isso é o principal né, eu sentia muito isso, mesmo a minha avó indo, tava sempre ali, junto. Não era a minha mãe, era uma mulher velha já. Ela fazia o que ela podia. Ela vendia rapadura, pão, para nos criar. Enquanto a minha mãe tava por aí... nas boleias. E eu tento fazer diferente dela, porque ser mãe para mim é estar junto. (A5)*

As manifestações referem padrões do que é ser uma boa mãe de acordo com Marques, Santos e Daniel (2022) o qual colocam que a mãe ideal é um produto construído por uma sociedade patriarcal. E, ainda nos dias atuais, é observada como um fenômeno puramente natural, indispensável e compulsório a todas as mulheres. E, frente a isso, ocorre um impacto muito grande na saúde mental das mulheres, demarcando a obrigação social de cada vez mais o amor materno inato ser desmascarado.

Um outro aspecto se refere a violência obstétrica. Temática que foi amplamente discutida no documentário “*Renascimento do Parto*” do diretor Eduardo Chauvet e do roteiro de Érica de Paula (2013), percebe-se por meio dos relatos de mulheres n produção audio-visual, que muitos mitos sociais ratificam e fortalecem ações de violência obstétrica por profissionais

de saúde, não promovendo um atendimento humanizado e de qualidade. Esses mitos, sendo narrativas sem comprovação científica como, a mulher é fraca e não sabe mais parir e/ou depois que a mulher faz cesárea não pode mais optar por ter parto vaginal em uma próxima gestação, dentre outras condutas. Em consonância, Gonzaga e Mayorga (2019) trazem que nessas circunstâncias são necessárias reflexões acerca dessas produções de verdades absolutas sobre os corpos das mulheres e sobre o seu maternar, pois analisando a partir da intersecção do gênero e da raça, percebe-se que ocorre uma desvalorização de algumas vivências experienciadas por algumas mulheres. Isto vai ao encontro com o que Theophilo, Rattner e Pereira (2018) apresentam, que a violência obstétrica possui uma enorme prevalência em mulheres negras e pobres.

Em vista disso, dentre as mulheres entrevistadas, três se autodeclararam pretas, duas pardas e duas brancas. Sendo importante realizar essa pontuação para elucidar as questões que envolvem o recorte raça, classe e gênero. Dessa forma, o racismo e a desigualdade vão complexificar o acesso ao tratamento humanizado, ou seja, os discursos, e todos os atravessamentos carregados em suas condutas entravam a circulação, o acolhimento, o acompanhamento e um atendimento adequado (THEOPHILO; RATTNER; PEREIRA, 2018). E isto, indo ao encontro de um possível imaginário coletivo das mães que são pretas e pobres, colocando-as em situação de maior vulnerabilidade por conta dessas compreensões distorcidas que estão carregadas de violência e preconceito.

O papel parental materno vai conferir questões positivas e negativas, onde a tristeza também se encontra no maternar, mas que não tem espaço para a manifestação desse, visto que se pressupõe que gerar uma criança e cuidar dela é isenta de dificuldades. Sendo, então, uma barreira aos cuidados que as mulheres necessitam (IACONELLI, 2005). Nesse sentido, o mito do amor materno ainda se encontra presente na atualidade, permeando o imaginário social e regendo muitas condutas, todavia, com o movimento feminista e com as conquistas que a mulher teve ao longo dos anos, esse mito começou a ser questionado e pensado sob os aspectos econômicos, sociais e culturais (BADINTER, 2011).

O conceito de imaginário coletivo foi proposto pela psicanalista brasileira Tânia Maria Aiello-Vaisberg, através de sua prática como pesquisadora e docente, no qual atentou-se acerca da essência afetivo-emocional das ações dos indivíduos. Assim, este conceito refere-se ao conjunto de concepções, imagens e emoções que um grupo social terá sobre um determinado fenômeno e que influencia suas ações em relação ao mesmo. Conseqüentemente, implicando no estabelecimento de regras inconscientes que irão definir certas condutas individuais e coletivas (AIELLO-VAISBERG & AMBROSIO, 2006). Aliado a isto, para Schulte; Gallo-

Beluzzo; Aiello-Vaisberg (2023), o termo designa o conjunto de condutas que transcorrem na dimensão mental e na esfera grupal, e nesse sentido, a palavra conduta irá abranger todas as manifestações humanas em todas as suas formas de apresentação, ou seja, um fenômeno que se expressa na mente, no corpo e no mundo externo. Nas narrativas abaixo, são recortes de como elas entendem o que é ser mãe e os seus significados particulares, mas que falam de um imaginário compartilhado.

É difícil ser mãe, mas não é impossível. É o erro mais lindo que tem. Cada um foi uma experiência. Todos os partos foram normais. Mas cada momento é um momento, até no último parto, esse aqui ficou comigo, então foi bem família. Ser mãe para mim é tá junto.

Eu me enxergo sendo mãe, outra pessoa... assim diferente. Por que quando a gente não é mãe, a gente é meia... não digo assim que eu era doída sabe, mas nunca, eu sempre dentro de casa. E depois que eu fui mãe, mudou tudo né, compromisso, cuidar delas, compromisso com casa, mudou totalmente. Pensar no que eu vou dar para elas no outro dia, o que eu como hoje, o que elas comem... a gente vai pensando tudo isso né.

Eu não esperava que ser mãe fosse tão corrido assim, sabe, achava que era mais tranquilo.

Salienta-se ainda que, o imaginário coletivo como conduta inclui as produções de imagens psíquicas, as práticas culturais, os costumes e as crenças compartilhadas pelos indivíduos socialmente. Logo, sendo manifestação simbólica e concreta das subjetividades grupais que emergem dos contextos intersubjetivos (FERREIRA-TEIXEIRA; VISINTIN; AIELLO-VAISBERG, 2019). Gonçalves (2008, p.41) traz que:

O imaginário manifesta-se num tempo histórico-social-pessoal e caracteriza-se por ser um conjunto de condutas humanas de caráter vivencial, que agrega significados e sentidos. Essa manifestação é multidimensional, complexa, indivisível e está em constante mutação. A pessoa, além de produto histórico-social, é co-criadora e transformadora da cultura e, portanto, de sua própria natureza humana.

Desta maneira, o entendimento sobre imaginário coletivo é importante ferramenta, que possibilita acessar às condições existenciais dos indivíduos, ou seja, as concepções dos fenômenos inter-humanos que ocorrem de modo coletivo (GONÇALVES, 2008). Sendo assim, se misturando as dimensões históricas, sociais, culturais e emocionais, que irão gerar exteriorizações simbólicas de subjetividades grupais (AIELLO-VAISBERG, 2006). Assim, importante ressaltar que o conceito de imaginário coletivo se diferencia da concepção de representações sociais, pois levam em conta as dimensões afetivo-emocionais (FONSECA-INACARATO, 2021). Aliado a isto, segue abaixo outros trechos de como as mulheres

entrevistadas interpretam sua função dentro da maternidade.

Sobre ser mãe é complicado né, é difícil, a gente tem que ter força para buscar as coisas, tem que ter jeito para cuidar da criança, tem que saber lidar com ela, dar carinho, amor, porque tem mães que têm filhos e não dão valor. Que maltratam. E, sobre a maternidade, um pouco é bom, e por outro lado é ruim. Um lado a gente sofre, porque às vezes a gente perde um filho, e por outro lado, a gente vive bem e feliz por ter o filho da gente bem, com saúde. Pior teria sido se ele não tivesse bem de saúde. (A7)

Minha dificuldade, é o meu jeito de ser mãe, eu não consigo. Eu tento me acostumar, mas tem coisas que eu não consigo, tipo não caiu a ficha ainda que eu sou mãe. Aí eu fico pensando, como eu vou fazer isso, o que que eu faço com ele. E eu era muito infantil, agora eu amadureci mais. Agora eu vi né, que tem uma criança para criar, que depende de mim, eu preciso dar exemplo bom para ele. (A2)

A pau, aprendi a cozinhar. A pau, aprendi a trabalhar. E isso eu não dou para elas. E elas são bem carinhosas comigo, dizem “ não mãe, deixa que eu faço”, entendem que eu estou cansada...(A3)

Portanto, o imaginário coletivo, não pode ser compreendido como um fenômeno que diz respeito apenas a ordem psíquica e mental, mas também como uma atuação/ação e que poderá originar produtos materiais. Ou seja, são produções imaginativas – que se encontram na dimensão afetivo-emocional e não consciente, que emergem das condutas (SIMOES; FERREIRA-TEIXEIRA; AIELLO-VAISBERG, 2014). Assim, o imaginário não é algo “falso” ou somente especular, mas sim todas as práticas humanas que constituem o contexto em que vivemos, e que estão num movimento de criação e renovação do mesmo (ROSA, 2019). Destarte, os significados e signos que transitam na sociedade vão organizando como será o manejo dessas mulheres em sua função, suscitando exigências, requisitos e um certo padrão esperado (BOBER, 2021). Portanto, vemos nos recortes abaixo que as mulheres trazem uma ideia de que a maternidade é fazer “tudo o possível”, transmitindo uma concepção de que o cuidado dos filhos vai ao encontro de uma responsabilidade que muitas vezes não pode ser compartilhada, acarretando uma percepção que a mãe tem função de “super-heroína” e de “mãe leoa”.

Ai eu me tornei mais responsável, não sou só eu, tem 3 crianças que dependem de mim. Eu preciso ser e ter para dar para eles, e antes eu não precisava... fazia por mim. E hoje, se eu almejo alguma coisa, é por eles. Sempre tudo pensando neles. (A3)

Ser mãe é tirar de si para dar pros seus. Por que muitas vezes, eu deixei de fazer muita coisa, para dar para os filhos. Porque eles sempre vão precisar de ti, que tu esteja bem e firme. Pra dar atenção, carinho, escutar o que eles tem para falar. (A4)

Eu sei que eu sou muito autoritária, sabe, sou muito a ferro e fogo. Mas, eu sei que mesmo tendo esse defeito, eu faço de tudo por eles. Eu faço o possível para dar tudo do melhor, sempre tenho gastos extras com lanche, que eles querem. Não adianta só brigar, só cobrar... Só querer que estude, que faça

as coisas. Tem que dar um retorno. Então como eu digo para eles, eu faço tudo que tá no meu alcance pra dar as coisas para vocês. Então eu acredito que sou uma boa mãe. (A4)

Aliado ao que já foi exposto, os autores trazem que faz parte desse imaginário social sobre a maternidade a compreensão de que as mulheres além de serem centrais nesse cuidado, devem estar sempre disponíveis, tanto no âmbito afetivo, quanto em todas as outras responsabilidades que a parentalidade apresenta. E com isto, se difundindo o termo “boa mãe”, e que esta seria uma mulher que ampara todas as demandas que se manifestam (VISINTIN et al., 2015). Portanto, este imaginário ao exprimir um padrão, acaba provocando o sentimento de culpa, pois não ampara as necessidades dessas mulheres e nem seus sentimentos (DONATH, 2017).

Nesse ínterim, o imaginário coletivo se expressa por meio de crenças, de sentimentos, de percepções, de concepções e, também, de valores, no qual, estas trabalham de modo inconsciente e consciente (ASSIS, 2023). Então, as condutas são apreendidas e organizadas em campos de sentido afetivo, correspondendo ao inconsciente, e dessa forma, o método psicanalítico seria o mais adequado para acessá-lo, utilizando-se da atenção flutuante e da associação livre (FERNANDES, 2021). Ou seja, o conceito de imaginário coletivo refere-se aos processos não conscientes que influem nas práticas, tanto individuais, quanto coletivas em relação a um fenômeno de nossa sociedade (AIELLO-VAISBERG & AMBROSIO, 2006). Portanto,

O imaginário coletivo é um sistema de interpretações destinado a produzir sentido. Sentido que o grupo dá à realidade para, ao mesmo tempo, significar ele próprio na medida em que a percepção da realidade é simultaneamente uma percepção da existência (GIUST-DESPRAIRIES, 2002, p.187).

Assim, indo ao encontro desses aspectos não conscientes, nos deparamos com tendências encobertas que são praticadas no dia a dia. E, portanto, revelando um nível mais profundo da realidade da maternidade. Consequentemente, Donath (2017) vai explicar que o conceito da maternidade no momento atual está atrelado a uma rigidez e que este imaginário coletivo confina as mulheres a sentimentos e comportamentos invariáveis e homogêneos, no qual é descoincidente com a realidade. Assim, podemos compreender que o imaginário coletivo exerce uma pressão velada, deixando as mulheres sem espaço para seus desejos, aspirações e possibilidades. E isto, também vai se ancorar na desigualdade e nas intersecções que cada mulher enfrenta.

3.2 O materno em vulnerabilidade

Neste capítulo será abordado a temática da maternidade em vulnerabilidade social, trazendo as narrativas das mulheres entrevistadas para que então, possamos refletir sobre como este conjunto de atravessamentos as incide e quais são seus principais enfrentamentos e privações. Conseqüentemente, firmando a importância desse reconhecimento para a prática profissional, política e de coletivo.

A vulnerabilidade social é um conceito que baliza e avalia as políticas públicas, sendo fundamental, então, para compreensão das mesmas e da sua efetivação. Nesse sentido, possui uma concepção complexa formada pelas dimensões econômicas, ambientais, de garantia de direitos, sociais, psicológicas e de saúde. Ou seja, pensada a partir de múltiplos condicionantes. E, assim, estando em constante edificação devido a sua profundidade e complexidade. Logo, sua emergência provém do esgotamento da ideia reducionista pensada somente pelas questões econômicas. (MOREIRA, 2020). Dessa forma, entende-se que este conceito diz respeito às exposições, ameaças e riscos que esses indivíduos convivem e que necessitam de equidade, bem como, garantia de seus direitos fundamentais. Além disto, acrescenta-se que, a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004) destaca que o seu público confere os

(...) cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (p.33).

Em contrapartida, a expressão “vulnerabilidade social” não tem um significado consolidado e único pela literatura, pois muitos autores possuem compreensões diferenciadas, como pontos de vista atrelados a uma consequência da pobreza, ou como uma dimensão da mesma. Contudo, para os autores, este conceito vai aludir a um grupo complexo, de múltiplos fatores que incidem em diversas populações, impactando em situações de penar aos indivíduos (COSTA et al., 2018). Logo, será por este viés que pretendemos tensionar as reflexões neste capítulo. Compreendendo por uma combinação de fatores que engendram mal-estar e fatores de risco nas comunidades.

Em vista disto, a maternidade vivenciada nesse cenário, acaba transitando por muitas dificuldades e privações. No qual percebe-se que é praticamente inexecutável pensar em todos os elementos de modo individual, pois eles estão em intersecção. Assim, as falas das mulheres entrevistadas vão se entrelaçando, no qual um dos principais elementos mencionados é em relação à subsistência básica, ou seja, ao aporte de alimentos para si e para seus filhos. Logo, o materno não pode ser desvinculado do contexto em que elas estão inseridas, como podemos verificar no trecho abaixo:

Eu não ganho muito, ganho pouco, me preocupo com o aluguel, luz, e comida para elas. Às vezes se me sobra compro um chinelo, um sapato, ou às vezes umas amigas da igreja me deixam aqui e deixam eu parcelar. Eu fico contente. Não me preocupo assim de besteira, me preocupo pelo alimento, por elas. Isso que me preocupa. Às vezes eu peço pro meu patrão uma carniinha, e daí me desconta. Às vezes peço uma caixa de leite, e ele desconta. Só assim... porque elas tomam leite, e eu não quero que elas adoecem, é complicado. Eu prefiro que elas comam do que ver elas no hospital. Isso é importante para mim, o alimento. E eu posso aguentar né... a fome, por que elas são pequenas ainda. Eu prefiro comprar comida, que elas comam, do que estar lá no centro. Pois amanhã, não tem para o pão. (A7)

A qualidade de vida está relacionada a alguns ativos como a renda, moradia adequada, saneamento básico, acesso a serviços de saúde, alimentação de qualidade, entre outros. Isto, devendo o Estado garantir a sua população por meio de suas políticas públicas (IPEA, 2018). Nesse ínterim, a insegurança alimentar permeia a realidade das mulheres entrevistadas, bem como o medo de ter essa privação novamente e atingir seus filhos. Portanto, a fome é uma das expressões da vulnerabilidade social, sendo reflexo das questões sociais do nosso país, além de se constituir como violação dos direitos humanos, no qual interfere diretamente na saúde e no desenvolvimento infantil (CRUZ, 2020).

Os fatores que contribuem para a vulnerabilidade social e para certas privações, resultam em muitas adversidades para os núcleos familiares. Dessa forma, a fome e a pobreza podem causar experiências muito traumáticas, que os autores vão utilizar como sendo “violências humilhantes” (MARTINS E KUPERMANN, 2017). Dessa forma, a precarização dos pontos que estão conectados com a sobrevivência humana são o principal fator impeditivo para que a própria população atenda e supra suas demandas (MONTEIRO, 2012). Como podemos observar na fala abaixo, de uma das participantes, em relação a vulnerabilidade de sua saúde e como isto impacta na qualidade de vida sua e de seus filhos.

Elas me pedem tal coisa, e eu fico pensando da onde eu vou tirar aquilo. Aí vai sendo assim a minha rotina, elas me pedem, eu digo para elas manterem a calma, que um dia eu vou dar. Um dia, o que eu não tive, elas vão ter. (...) Por que se eu não conseguir esse benefício, com dor ou sem dor, eu vou ter que pegar um emprego. Porque eu sinto dor, eu aguento na marra. Porque não tem hora e nem dia para ter. Não consigo nem dormir às vezes de tanta dor. Tomo três dorflex. Mas o medicamento próprio eu não tenho. Aí estou enfrentando toda uma burocracia, e entraram em férias... e como eu fico? E já me negaram na perícia, o doutor disse que não preciso. Ai eu to pela assistente social agora. É a minha salvação. Porque o doutor nem me deu bola, nenhum interesse, não se importou sabe. Fez três perguntinhas e só. (A3)

Portanto, são inúmeros fatores que interagem entre si, e que, por conseguinte, acabam afetando a saúde reprodutiva, neonatal, mental e familiar dessas mulheres, em decorrência da ausência de cobertura social, ao possuir uma moradia instável e uma rede de apoio insuficiente (MEIRA, 2020). No trecho que segue, podemos observar o impacto em sua saúde mental.

Eu não fiz o tratamento pré-natal, que às vezes ensinam, principalmente nós que somos de primeira viagem. Daí quando eu ganhei e fui para casa foi um choque né, ela chorava e eu chorava junto. E, aí pra mim eu acredito que foi um pouco a depressão, que pegou junto e eu não sabia lidar. Uma depressão pós-parto, como chamam né. (A6)

Em vista disso, a precariedade da conjuntura que estão inseridas abarca as esferas educacionais, étnicas, de saúde, além da questão econômica. Logo, todos esses aspectos irão impactar no acesso e na garantia dos seus direitos e conseqüentemente, implicando em mais suscetibilidade à precariedade de qualidade de vida (COSTA et al., 2018). Como podemos observar nos trechos abaixo, a vulnerabilidade perpassa vários âmbitos, inclusive não se restringe apenas à esfera financeira, pois possuímos vários outros determinantes de adversidades sociais, inclusive acerca das questões raciais e de gênero. No qual é sustentado historicamente pela estrutura patriarcal e pelo racismo estrutural de nossa sociedade, onde foram mantendo e também, perpetuando muitas desigualdades e privilégios (BERSANI, 2018) como podemos observar nos trechos abaixo, são situações que impactam diretamente no enfrentamento dos desafios do cotidiano.

Já fiz faxina por um prato de comida, por 30 reais. Ainda mais pela cor da gente, eu senti muito racismo... Aí acabava não durando muito nos meus trabalhos, saía em 1 mês. (...) Então estou esperando esse amparo social, para poder ter as coisas, as medicações que preciso, porque estou a 4 anos esperando o tratamento e nada ainda. (A3)

Mas tem muita gente rude, na rua eu escuto... mas não levo para o coração. “Ali vem aquela nega”. Mas sou calma... mas se falam comigo alto eu falo também. Mas não gosto de ser assim. (A5)

O racismo gera muitas barreiras de acesso a direitos, sendo um fator que coloca os sujeitos em maior vulnerabilidade, pois os expõe em situações de opressão e desamparo. Aliado a isto, o autor traz ainda, que em nosso país as pessoas pretas apresentam os piores indicadores de educação, renda, saúde e habitação. Acrescentando-se ainda, que possuem um índice de mortalidade elevado (BERSANI, 2018).

Outro aspecto apresentado nos discursos das mulheres entrevistadas aponta para as questões de gênero. Considerando que estas irão demarcar muitas desigualdades em torno do feminino para com o masculino, pois a partir dessas relações díspares que irá acontecer a demarcação de muitos aspectos fundantes de vulnerabilidade para as mulheres. Exemplo disto, advém o fato de que as mulheres ocuparem posições subalternas em relação ao homem em nossa sociedade (BUTLER, 2019). Nesse sentido, gênero diz respeito ao conjunto de práticas e costumes que são pré-determinadas pela diferença biológica, gerando disparidade de poder social (ASSIS, 2019). O trecho abaixo exemplifica como as questões de gênero incidem.

Às vezes eu me culpo de não ficar com a minha filha toda a semana, de ver ela só no sábado e no domingo, de ter que deixar ela com o pai dela e a avó dela. Mas eu sei que pra daqui um tempo, quando ela for maior, eu poder dar para ela as coisas, eu preciso trabalhar. Sabe, eu preciso, para ter o nosso canto. Então por um lado eu me culpo, por não estar com ela, mas por outro eu sei que é um mal necessário. E agora, ela já entende, mais ou menos né, mas ela sabe que a mamãe tem que ir trabalhar. Então, é bem complicado. Infelizmente a gente não tem muita opção. Tem que ser assim. Uma coisa que eu sinto que me julgam é que falam "aí tu deixa ela toda a semana na casa do pai dela", e eu digo sim, eu preciso trabalhar, o pai dela não está trabalhando, ele tá em casa, então ele pode cuidar, a avó dela, também pode cuidar. 'Ah', mas como tu deixa, como tu consegue? "... Eu não consigo, ninguém sabe que eu deito no travesseiro e choro todas as noites, sabe... E ninguém chega e pergunta, tu tá bem? Precisa conversar? Precisa de alguma coisa? Mas criticar, criticam... (A4)

Consequentemente, possuímos muitos aspectos sociais que potencializam a vulnerabilidade das mulheres. Nesse ínterim, Badinter (1985) traz que a idealização da maternidade influi em todas as classes sociais, contudo, a mãe pobre enfrenta maiores dificuldades no exercício do seu papel. Frente a isto, quando uma mulher não consegue atender a extrema cobrança relacionada a maternidade, Scavone (2001) faz referência ao termo “desqualificação para a maternidade”, onde nesses casos ocorre a escolha da mulher de delegar o cuidado para outrem, pois sua condição material não permite prover esse amparo. Aliado a isto, sob o ponto de vista do mesmo autor, percebe-se que a mulher pobre não tem espaço para ocupar esse papel de mãe, visto que é impossível estarem trabalhando e indo ao encontro desse ideal de maternidade. Semelhantemente, para a psicanalista Míriam Rosa (2016), certos pronunciamentos do social vão se camuflar de “discurso do Outro”, ou seja, vão se revestir de

verdade, impondo e subjetivando os sujeitos, e simultaneamente suscitando silenciamentos.

Em decorrência disso, acaba ocorrendo a estigmatização desses núcleos familiares que se encontram em vulnerabilidade, julgando-os quanto à capacidade de parentalidade. E esta visão recai, principalmente sobre a mãe, pois é na mulher que a sociedade correlaciona a responsabilidade do cuidado (KHEDY, 2019) atribuindo, então, a estas um lugar marginalizado (AMARAL; QUINTELLA, 2019). A autora, então, coloca que a mãe considerada desleixada pela sociedade é percebida como alguém indigna ou incapaz do seu papel parental. Referindo-se também, à grande culpabilização que incide frente ao modo de criação (BADINTER, 1985).

Nesse sentido, observa-se que as participantes trouxeram narrativas em que se sentiram julgadas frente ao seu maternar, indicando uma estigmatização frente a um imaginário social que desqualifica essas mães e não é empático com o sofrimento das mesmas. Portanto, demonstrando a nossa cultura, e os discursos de opressão do feminino (PONTE, 2019).

O ano passado nós tava na droga ainda. Ai ano passado eu não vivia muito pra eles. Aí no Natal do ano passado eles queriam roupa e calçado. Só que eles usaram as roupa velha, calçado velho e todo mundo com calçado novo, roupa nova. E o que todo mundo começou a falar... porque eu não tinha comprado roupa pra eles. Todo mundo criticando, me criticaram porque eu recebia e não comprava roupa e calçado. Aí eu peguei e falei que melhor o armário cheio de comida do que roupa. Eu prefiro dar a comida do que a roupa pra eles. (A1)

Outra dificuldade é sair, porque sempre tem alguém que fala, olha lá... não tem televisão em casa! E isso me irrita bastante. Ou se não passam olhando assim, só porque eu tenho cinco filhos e são escadinha né. Às vezes eu coloco dois no carrinho e vai um de cada lado. E as pessoas falam, ficam olhando. Eu fico constrangida, por isso eu nem saio. Eu só saio por necessidade, ir no posto. Aí para ir no mercado, eu chamo a minha sogra para ficar com eles. (A5)

Quando eu não tinha marido, falavam assim... dá para qualquer vagabundo. É a primeira coisa que falam, não se cuida porque não quer, mas não sabem o que realmente se passa né. Não tem nem pra ela e só inventa filho, dizem isso... (A5)

Tem bastante luta, tipo... eu ouvi muito “tu não vai conseguir, por ser mãe solo”, “ai, vai cobrar pensão”, nesse ponto assim... gente querendo se meter na tua criação com teu filho, vir botar opinião, ou dizer que tu não tá sabendo criar teu filho, essas coisas. A maioria das vezes na família que vem essas críticas, na escola da minha filha tem muita gente para apoiar, sabe e tão vendo meu esforço. Sempre estou lutando pra ela. (A6)

Os territórios são espaços de construção de vínculos, de rede de apoio, de interação e também, de conflitos. Todos estes tensionamentos perpassam o cotidiano dos sujeitos, que estão realizando seus movimentos de existência, e que, portanto, também são solo das políticas públicas (LOPES E PRATTES, 2021). As localidades em que foram realizadas as entrevistas são áreas muito afastadas do centro da cidade, no qual se configuram muitas dificuldades de acesso. A maioria são invasões, sem regularização de saneamento básico e luz elétrica. No qual

o tráfico de drogas é presente e muitos conflitos advindos desse aspecto. Perfazendo um território que desencadeia vulnerabilidades. Nesse sentido, Biroli (2018) traz que as mulheres que experienciam a maternidade em conjuntura de violência, enfrentam riscos à segurança sua e de sua prole. Logo, o maternar acaba implicando sofrimento, resiliência e solidariedade.

Os fragmentos das entrevistas revelam a importância de ser ponderado as particularidades de cada sujeito e de cada território que ele está inserido. Igualmente, analisar as potencialidades ali pertencentes (LOPES E PRATTES, 2021). Ou seja, as vulnerabilidades que incidem em uma mulher não são as mesmas para todas, dessa forma, esse olhar diferenciado sobre as realidades propicia um passo para a equidade. Logo, nesse ínterim, temos as mães que realizam sua função parental de modo solo, no qual ocorre uma sobrecarga das responsabilidades (BORGES, 2020). Inclusive, essa sobrecarga também advém das expectativas de uma maternidade romantizada, que está relacionada às normativas patriarcais e de gênero (MORFIM, 2018). Em consonância, Lima (2021, p.80) reflete que,

Ser mãe solo não perpassa por uma escolha das mulheres, mas em muitas situações por um condicionamento de uma sociedade estruturada no racismo e no sexismo, que se conecta a uma estrutura patriarcal, na qual responsabiliza as mulheres pelos cuidados para com a criação de suas filhas e seus filhos e que legitima ausências paternas, que se circunscreve na escolha de muitos homens de serem ou não pais de suas filhas e seus filhos. Essa decisão única e exclusiva masculina corrobora para a maternidade solitária de milhões de mulheres.

No que se refere aos arranjos familiares, tal como apontado em algumas falas das mulheres entrevistadas, Gomes e Dias (2017) vão trazer que os profissionais, muitas vezes, vão atuar na responsabilização das mulheres, contudo, é fundamental a compreensão que a parentalidade vai para além da figura materna. Sendo pensado na responsabilidade do pai, e da necessidade de uma rede de apoio para que estes exerçam e desempenhem o seu papel. Logo, a prática profissional com famílias em vulnerabilidade não pode estar atrelada a situação sócio-econômica somente, mas reflexiva em todos os aspectos que interpela os núcleos familiares. Ou seja, nos distanciando dessa lógica de responsabilização que o neoliberalismo convoca e nos aproximando da complexidade da vivência de cada mulher e das composições familiares possíveis.

Ainda, Lopes e Prattes (2021) vão destacar que o desemprego ou a precariedade deste implicam em maior vulnerabilidade. Em consonância, Biroli (2018) coloca que mesmo as configurações familiares e do mundo do trabalho se modificando com o tempo, ainda são eixos que colocam as mulheres em vulnerabilidade nos dias de hoje. E em relação a isto, podemos

observar enunciados de três mulheres que referem ter trabalhado na infância, sendo que uma delas refere que seus filhos trabalham junto com ela.

O conselho ia lá em casa, acompanhava, porque eu mandava eles trabalhar. Aí eu peguei e disse, não eu não mandava ninguém trabalhar, eu ia trabalhar e eles iam comigo, eu falava se vocês acham mal de uma mãe levar o filho para trabalhar, vocês pega e me dão comida, me dão sustento, porque daí eu paro de trabalhar. Tem que comprar calçado e remédio e roupa e comida vocês vão comprar tudo isso pra eles? Se vocês vão comprar eu paro de trabalhar. É bem simples. Aí me levaram uma vez, uma cesta básica e acharam que era muito. Aí não, vamos trabalhar de novo, aí eu comecei a levar eles de novo... Enquanto vocês não derem as coisas para meus filhos, eles vão trabalhar comigo. Por isso tem muitas mães que são julgadas, porque elas levam os filhos para trabalhar junto. Então eu agora já evito, quando eu vou com o Rodrigo eu levo só uma. Uma já tem aonde ela pega as coisa e a outra tem vergonha de mexer no lixo, ela mexe mas ela não mexe muito. Porque por exemplo, se eu estou trabalhando estou mexendo e a senhora passa, ela olha a senhora e já para. Ela fica com vergonha. Ela e a Júlia são envergonhadas. A andressa não. Mas quando chega perto do centro assim eu já falo ó tu não mexe mais nada. Porque é no centro que eles ficam julgando a gente. É no centro que eles tiram foto é no centro que que acha que tem querer falar as coisa pra gente. Então quando é que na vila eu deixo porque ninguém fala porque aqui na vila tem um monte de criança trabalhando né? (A1)

Eu comecei a trabalhar com nove anos, na casa da frente, eu fui para ali com 9 e saí com 18. Eu morava e trabalhava lá, por um prato de comida. Não me vestiam e nem me calçavam, só pela alimentação. E depois apareceu a artrite reumatoide em mim, e eu não consigo mais trabalhar, aí parei. Faz quatro anos que não trabalho. Lá na casa, eu acordava antes de todo mundo e dormia depois que todos estivessem dormindo. Por um lado ela soube me criar (a patroa), porque se eu fosse outra, eu já tinha tomado outros rumos, outras decisões. Eu tenho uma cabeça bem boa. Afeto que eu não tinha dela, não tenho carinho por ela também... Ali que eu fui aprendendo o que é a vida né, aprendi a lavar roupa, a saber o que era cozinhar, o que era limpar uma casa. Não me lembro de nada anterior aos 9 anos. O que eles me contam é que não morávamos aqui, mas em Porto Alegre. Como meu pai era muito alcoólatra, a família dele expulsou eles de lá. Depois disso eu não lembro mais de nada. (A3)

(...) E eu trabalhava junto com a minha mãe, e eu levava meu caderno junto com a minha mãe, e olhava tudo o que ela fazia. Minha mãe vendia frutas no mercado, e eu ia junto com ela, e eu arrumava tudo, e ficava vendendo... Aprendi assim, desde os meus 6 anos. E aos 9 anos, eu tinha que cozinhar, e me dava preguiça de ir junto com a minha mãe trabalhar, então eu ficava de cozinheira em casa, aí eu cuidava delas (...). (A7)

E o que eu passei quando eu era a mais nova, do tamanho da idade delas, não quero que elas passem né? Porque eu trabalhava. Com 7 anos eu comecei a trabalhar para sustentar meus irmãos. Um deles já ia para fora. Com 12/13 anos, ia para fora e eu ficava em casa, daí eu tive que ir para catar material na rua. Reciclava para poder sustentar meus irmãos, e aí a minha mãe saía e eu ficava em casa com os meus cinco irmãos, porque no total nós somos dez. (A7)

O trabalho infantil demarca e reafirma a condição de vulnerabilidade que estas mulheres vivenciaram na sua infância e, muitas vezes, reproduzem essa condição com seus filhos. Podemos observar que nas narrativas delas ao se referirem quando eram crianças, trazem que ajudavam suas mães no trabalho doméstico, ou em outra atividade laboral, no qual, muitas vezes acabavam desempenhando rede de apoio para a maternagem de suas mães. Dessa forma, muitas delas, expõem o sentimento de serem mães de seus irmãos mais novos. Nesse ínterim,

a realidade do cotidiano acaba colocando essas mulheres em uma complexa decisão, ou levar os filhos para o trabalho ou deixá-los sozinhos em casa. Logo, a mulher que se encontra em vulnerabilidade social, possui muitas adversidades frente ao seu cotidiano, nas quais recaem sobre elas uma responsabilidade superior comparada aos homens, acrescentado-se que, se esta mulher é negra a sua condenação será muito superior (LOPES E PRATTES, 2021).

Frente a isto, observamos que as mulheres entrevistadas acabam possuindo atividades laborais eventuais, sem regularização, pois não possuem tempo integral para dedicação exclusiva ao emprego, tendo disponível apenas o período que as crianças estão na escola. E, se tem muitos filhos, isso acaba sendo um impeditivo maior para ingressarem no mercado de trabalho, devido a estes estudarem em turnos diferenciados. Assim, elas se dedicam exclusivamente para o cuidado de seus filhos e da atividade doméstica, ou realizam faxinas, reciclagem e atividades manuais para a venda de modo eventual.

Aliado a isto, Monteiro (2012) complementa que a vulnerabilidade se relaciona diretamente com as circunstâncias em que os indivíduos vivem e que podem ser minimizadas, redirecionadas e/ou revertidas. A compreensão da vulnerabilidade social vai se dar a partir dos seus múltiplos condicionantes. Portanto, não se refere a algo inerente direcionado a certos grupos e sim, a certas condições específicas, cenários e conjunturas que podem ser reduzidas e minimizadas. Ou seja, podemos compreender este conceito pelas variadas exposições que determinado indivíduo irá sofrer, que são de diferentes ordens e que irão postular muitos desafios para serem enfrentados. A vulnerabilidade social não deve ser compreendida como uma determinação permanente, mas que sim, é passível de mudança.

Além disso, é visível através das narrativas das entrevistas que a violência intrafamiliar é presente. Desse modo, Carmo e Guizardi (2018) discorrem que a fragilização dos vínculos, a violência doméstica, o uso de álcool, a precariedade física da casa, o trabalho infantil e as dificuldades de acesso a serviços coletivos e, também, de lazer são demarcadores de aspectos que irão impactar a vida dos indivíduos. E, portanto, a vulnerabilidade está relacionada à precariedade no acesso à garantia de direitos e à proteção social. Com isto, fragilizando a aproximação de recursos que realizam a manutenção de uma qualidade de vida.

Em vista disso, a violência contra as mulheres em sua maioria é praticada pelos companheiros e possui inúmeras consequências tanto para a mulher quanto para os filhos (CARVALHO, 2021). Dessa forma, Colomby, Salvagni e Cheron (2020) expõem que os índices de violência doméstica estão em uma crescente, demarcando que os direitos alcançados pelas mulheres não são satisfatórios para romper com as relações de poder que ocorrem entre os gêneros. Portanto, Mata e Lima (2022) vão trazer que a violência doméstica é sobretudo de

gênero, pois faz parte de um construto social, ou seja, é reproduzida por todos os aparatos sociais, dentro de uma lógica patriarcal, racista, sexista e, inclusive, classista.

Consequentemente, a violência contra as mulheres, doméstica e sexual, são um dos fatores que realizam uma certa manutenção da desigualdade de gênero. Colocando as mulheres em situação de maior vulnerabilidade. Assim, nos trechos que seguem, podemos observar que a violência nos núcleos familiares fazem parte da sua história e/ou do seu cotidiano.

Porque ele fumava a pedra, né? Ele me batia. Usava pedra, bebia, tomava cachaça, vendia as coisas aqui dentro da casa, tudo que eu comprava ele me vendia, roubava, não tinha vizinho que ele não roubava. E aí todo mundo julgava, ela é uma sem vergonha porque abandonou os filhos e está com esse marido que dale pau nela. (A1)

... difícil de se lembrar das coisas né, e meu pai chegava borracho, batia na minha mãe, batia em nós... atoa assim, por gosto. E as vezes tudo isso que eu tava passando com o pai dos meus pequenos, tudo isso eu não gostava, porque sempre vinha as lembranças do meu pai, que fazia com a minha mãe, que fazia com nós... (A7)

E isso foi muita dor para mim né, e aí quando minha mãe foi morar com ele... o marido dela também me tocava, com meus 14, 15 anos. Me manuseava, me tocava, e minha mãe não acreditava em mim. (A7)

A violência doméstica cresceu demasiadamente no momento de isolamento social, devido a pandemia da COVID-19. Esta, por sua vez, foi um reflexo da impunidade e pouca atuação do Estado frente as violências praticadas. Nesse sentido, esse tipo de crime é ancorado na desigualdade e no racismo, no qual confere uma violação de direitos humanos grave e que estimula ainda mais uma disparidade entre os gêneros de modo estrutural (PENEQUE; GUIMARÃES, 2022). Muitas mulheres que são vítimas dessas violências acabam permanecendo nessas relações devido a dependência emocional e financeira, preocupação com os filhos, com o próprio companheiro e falta de rede de apoio. (SILVA E SILVA, 2020). Logo, o rompimento do ciclo da violência envolve seus recursos individuais, mas principalmente o apoio de outras pessoas, profissionais e de instituições. A partir do estudo realizado por Souza e Silva (2019) fica indiscutível que as vítimas não conseguem interromper seus relacionamentos sozinhas, necessitando de suporte de vários âmbitos, pois em sua grande maioria a violência já era vivenciada deste a infância.

Outro aspecto é a violência obstétrica que aparece nas narrativas das mulheres, sendo este aspecto relacionado a marcadores socioeconômicos e raciais, em que as mulheres são subjugadas, não recebendo atendimento humanizado e adequado (THEOPHILO; RATTNER; PEREIRA, 2018). Acrescentando-se um coeficiente que requer atenção, Diniz et. al. (2015)

vão trazer que as mulheres em vulnerabilidade social estão mais propensas a sofrerem violências e processos de exclusão.

Aí fizeram lavagem, que fazem... para ela poder sair. E ela não saía, aí começaram a empurrar a minha barriga para baixo e colocaram um ferro para destrancar ela. Por isso ela tem aquela paleta saltada, aquele osso saltado. Com dois anos ela não mexia ombro, pescoço, nada, por causa disso. Fiquei um mês com ela no hospital. (A1)

Quando eu tava grávida, não me lembro de qual, a enfermeira disse “não sei porque vocês não podem raspar as partes”, bem ríspida, e ela acabou me cortando, e eu tava com dor e eu tinha vergonha de falar. (A7)

Estar em situação de vulnerabilidade social não irá determinar a viabilidade de uma mãe exercer sua função materna. Entretanto, devemos reconhecer que a vulnerabilidade que as incide interfere na execução deste papel (SANTOS, MOTTA, 2014), como a precariedade de recursos materiais e a rede de apoio instável ou ausente irão repercutir sobre esses sujeitos (KLAUTAU, 2017). Inclusive,

[...] nossa atenção deve estar sobretudo voltada à provisão, para o comum dos lares, de condições básicas de habitação, alimento, vestuário, educação, recreação e de algo que se poderia chamar alimento cultural. [...], quando o lar é suficientemente bom, é ele o melhor lugar para a criança se desenvolver. A maioria das crianças perturbadas sofre em decorrência de fatores internos, distúrbios do desenvolvimento emocional do indivíduo que têm como raiz o fato de a vida ser naturalmente difícil. Essas perturbações podem ser tratadas enquanto a criança permanece em casa (WINNICOTT, 1980, p. 113-114).

Considera-se então, que o acolhimento das demandas biopsicossociais é primordial na garantia de um ambiente facilitador, que seja seguro e capaz para sustentar o desenvolvimento dos seus filhos (ACHING, 2017). O trecho abaixo demonstra um ambiente inseguro, devido a sua privação material e que impacta a qualidade de vida.

Aí não tinha dinheiro, eu tinha uns cobertor lá que eu tinha ganhado e uns que eu tinha comprado. Aí eu tive que vender por 50 reais, para mim comprar alguma coisa para levar para o hospital, para mim comer e levar alguma coisa para usar lá, e também para o bebê. Tava faltando sabonete, escova de dente, essas coisas. (A1)

Outro fator que demarca a vulnerabilidade das famílias é em relação ao contexto educacional, no qual as mesmas deixaram de concluir sua escolarização ou privam seus filhos de frequentarem a escola. Sendo um direito da criança e do adolescente, e inclusive, importante

espaço de aprendizagem, socialização e de promoção da saúde mental.

Só os estudos é que eu me arrependo né, não completei a 5ª série. Na escola tem as pessoas que mexem com a gente né, aí depois que mexeram, eu nunca mais quis. E agora, que eu to com vontade de aprender de novo. (A3)

Quando me chamam lá pra conversar na escola sobre eles eu não vou. Porque eu sei que eu vou levar uma puteada também. É pra falar que às vezes elas não fazem as coisas e perguntar porque que eles não estão indo... aí eu sempre arrumo uma desculpa eu falo que estão lá pro pai deles. Da outra vez eles ficaram o quê... dois meses sem ir no colégio. Do jeito que eu tava também, nem mandava eles para a aula. Passavam mais com o pai dele, do que comigo. (A1)

Logo, a informação que os sujeitos dispõem, suas potencialidades de transformação frente ao problema e sua destreza de captar novos saberes para a mudança da realidade em que se está inserida é fundamental. Isto, perpassando o acesso aos meios de comunicação e informação e também, da escolarização, da política e em todos os recursos materiais no qual serão componentes de mudança (DIMENSTEIN; CIRILO NETO, 2020). Nesse sentido, é obrigatório que pensemos de modo crítico nossa Política de Assistência Social para que esta não reproduza tendências conservadoras, mas sim de transformação, assegurando o bem-estar, os direitos da população e impulsionando as potencialidades dos sujeitos (CARVALHO E TEIXEIRA, 2018).

Então, como visto anteriormente, o conceito de vulnerabilidade nasce na intenção de identificar as singularidades e particularidades que interagem com certas circunstâncias de adoecimento. Assim, a partir deste conceito, permite-nos posteriormente aferir as condições que expõe os indivíduos e quais as protegem. Isto, estando em congruência com a população usuária, o território vivido por estes e as características singulares postas neste panorama (LOPES E PRATTES, 2021). Neste mesmo sentido, Monteiro (2012) expõe que a vulnerabilidade social deve ser vislumbrada tanto pelo prisma externo, quanto interno, ou seja, deve se atentar às características do coletivo, dos grupos e, também, das individualidades de cada sujeito. Pois, a partir da avaliação destes ativos, que poderá se observar quais pontos demonstram debilidades e mobilidades no âmbito social. Em relação a esses aspectos, podemos visualizá-lo nesse trecho abaixo, no qual a participante da pesquisa sinaliza os pontos que observa sendo desfavoráveis, mas também demonstra seu desejo de transformação e um planejamento para superá-lo.

Eu penso em outro futuro, para dar um pouquinho mais e melhor para elas. Eu quero sair daqui, é muito quente e a casa é pequena, elas não tem roupeiro, eu não tenho roupeiro. Não posso ter um

armário de cozinha porque é muito pequeno e de tábua e frágil. Quero comprar minhas coisas, mas o dinheiro não dá, não dá para eu comprar as minhas coisas. Quero que chegue o momento em que eu possa ir para o Peru.(A7)

A fala ilustra exemplos de que vivemos sob a ótica do neoliberalismo que ultrapassa a economia, dessa forma, se configurando como um pilar do capitalismo, no qual postula uma nova racionalidade, em que os indivíduos acabam sendo conduzidos a procederem como empreendedores de si mesmos. Nesse sentido, sendo um conjunto de práticas, de dispositivos e de discursos que recaem nos indivíduos, fazendo com que a compreensão da liberdade privada predomine e prevaleça frente a liberdade pública. Portanto, sendo um sistema que nos aprisiona, define e individualiza (DARDOT; LARVAL, 2016). No qual, observa-se que são

Vários são os impactos da política neoliberal no país, dentre eles o desemprego e a redução de gastos e investimentos governamentais na área social. As políticas sociais cada vez mais se apresentam focalizadas e fragmentadas, aprofundando imensamente o quadro de desigualdade entre as classes. As diversas formas de organização social são enfraquecidas pelo grande apelo ao individualismo e à competitividade exacerbada (PEREIRA, 2009, p. 190-191).

Sendo assim, a partir do entendimento sobre vulnerabilidade social, percebe-se que devemos, enquanto sociedade, promover e articular políticas para que ocorra a diminuição dos níveis de vulnerabilidade em nosso país. E, deste modo, auxiliar no fortalecimento individual, dos grupos e de núcleos familiares para o enfrentamento das dificuldades que perpassam a suas existências. Para que estes, então, possam acessar bens, serviços e, conseqüentemente, ampliando suas condições de mobilidade social. Neste ínterim, a política de assistência social, é um dos principais instrumentos na garantia de direitos, da proteção social, na promoção da autonomia e no fortalecimento dos sujeitos (MONTEIRO, 2012).

3.3 A rede de apoio para maternar

Os vínculos familiares são afetados pela ausência da garantia mínima de seus direitos a uma vida digna (VIEIRA, 2016). Visto isso, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (1990) estabelece que a família é geradora de potencialidades e que está em constante evolução, contudo é necessário que haja o fortalecimento desta através de políticas de apoio sócio familiar, com finalidade na reorganização e em especial com objetivo na garantia aos direitos de crianças e adolescentes.

Nessa perspectiva, Winnicott (1997) inclui que o ambiente circundante é uma das principais variáveis que irá possibilitar o desenvolvimento pessoal de cada criança, e quando este não se dá de forma saudável, poderão ocorrer distorções no desenrolar desse amadurecimento, ratificando mais uma vez a necessidade de suporte às famílias e mulheres que se encontram em vulnerabilidade social. E este aspecto foi muito perceptível nas entrevistas, pois a falta de apoio foi relatada pelas mulheres.

Eu aprendi sozinha a ser mãe. Como eu não tive convivência com a minha mãe, eu tive agora a pouco... Não tive convivência com meu pai. (A3)

Eu tenho dois irmãos. E uma irmã que faleceu. E não tive vínculo com nenhum deles. Foi assim... cada um por si. Por que se tu vive assim, na miséria, tu vai sobreviver sozinha, ninguém te apoia. Na parte da família da minha mãe, ninguém apoia. E a do meu pai, eu não conheci. Nem sei quem é a minha avó. Meu pai não me registrou, pra ti ter uma ideia. Fui me criando sozinha, eu e Deus. (A3)

No começo, eu tinha muita ajuda da minha mãe, agora no momento eu sinto que não tem ninguém para me apoiar sabe, as vezes eu quero uma palavra às vezes, e o que eu mais ouço é palavras mais negativas do que positivas. (A6)

Logo, percebe-se que redes de solidariedade femininas acabam sendo constituídas nessas situações, entre vizinhas e/ou outras mulheres do seu convívio, para possibilitar que estas possam sair para trabalhar ou fazer suas atividades domésticas. Pois, elas precisam ter tido algumas de suas necessidades amparadas para poder exercer sua função da melhor forma. Ainda, os autores complementam, trazendo que a ausência de creches e todos os obstáculos que se apresentam para adentrar no mercado de trabalho só são ultrapassados se esta mulher possui uma rede de apoio (LOPES E PRATTES, 2021).

Eu contava com a minha mãe e com a minha ex sogra quando eles eram pequenos, mas agora só com meu companheiro. Agora ele está na cidade. Eu pedi pra ele ficar. Mas o pai deles, mesmo, se mudou. Agora foi embora, ele disse que ia me ajudar e eu estava mandando mensagem pra vó deles. (A1)

Às vezes eu fico pensando, se eu não tivesse a mãe, eu não sei o que seria dele. Porque eu não ia saber nada. (A3)

Sempre tive uma rede de apoio, quando meu filho nasceu, sempre tive minha avó/mãe que me criou, a minha tia, que morava aqui do lado, que faleceu. Agora eu tenho a avó da menor, que cuida dela... Por que quando eu voltei a trabalhar, ela tinha 4 meses, bem novinha, então, a avó dela sempre cuidou dela para eu ir trabalhar. Se eu preciso deixar os guris lá, eu nem preciso avisar, só chegar lá, que ela fica com eles, não tem problema. Eu sempre tive o apoio da minha mãe, ela sempre cuidou deles para mim, ela cuida deles até hoje né, que eu trabalho. Eles vão para o colégio, chegam... ela tá em casa. Então, eu sempre tive uma rede de apoio muito boa. (A4)

Dos pais, eu sinto só do B4 que é como se fosse o pai dos três. Porque o pai do C4, ele vem uma vez no mês, dá o dinheiro da pensão, aí vem almoço... fica um pouco com ele e... só vem no outro mês. (A4)

Aí ela chorava, e tinha uma vizinha do lado, que morava do lado, e que tinha bastante filho. Aí eu chamava ela para me ajudar, e ela tem um filho de diferença de 10 dias da minha, então quando não tinha ela para me ajudar, eu chamava os outros vizinhos para me atender. E era aquela coisa rrsrrsrs. Eu morava na frente com a minha mãe, morávamos todos juntos, e ela me ajudava, mas era aquela coisa, foi um choque para todos. E a minha mãe não tava mais naquela coisa sabe, aquele pique, nós já estávamos criados. E para mim olha, ao mesmo tempo que era aquela emoção de ser mãe, mas também aquela emoção assim de... não saber o que fazer, de chorar, gritar, sapatear... Mas não adiantava, era aquela coisa do dia a dia. Mesmo tendo bastante ajuda, ao mesmo tempo parece que eu tava sozinha, e recebendo as críticas, fez agora tem que aguentar. (A6)

Olha, a única pessoa que me ajuda é a minha comadre. Quando cheguei na primeira vez aqui, conheci ela através do pai das minhas gurias, eram vizinhos de frente. Às vezes eu não tenho dinheiro, ela me dá, me empresta. Tem a minha veinha (senhora que era sua vizinha) também, que me emprestava, me apoiava. Agora ela não tá aqui, se foi. Ela morreu. (A7)

Rede de apoio, então, diz respeito a um grupo de pessoas, serviços, profissionais e familiares que irão remodelar e mediar as relações das mulheres com o ambiente coletivo, promovendo fortalecimento, superação de situações complexas e difíceis. Ou seja, fazendo a função de trincheira para situações que impulsionam ansiedade, estresse, esgotamento psíquico e físico. Assim, impedindo o impacto da vulnerabilidade seja de modo demasiado e que acarrete situações mais adversas (MAGALHÃES; NASCIMENTO E ROCHA, 2022). Portanto, é importante ressaltar que os pais não devem ser compreendidos como parte da rede de apoio, mas sim um protagonista desse cuidado parental tanto quanto a mãe.

Mediante isto, considerando que o ser humano necessita de um outro para sua sobrevivência, temos em nosso desenvolvimento essa impressão de dependência, que é insuperável e se reproduz em outras cenas e episódios da vida, não apenas no seu princípio (BARBOSA, 2021). Nos remetendo a importância da rede de apoio para o ser humano, principalmente quando pensado em um cenário de vulnerabilidade social e de maternidade. Consequentemente, através das narrativas é possível perceber que ocorre um ciclo de desigualdade, exclusão e precariedade na vida dessas mulheres, onde a rede de apoio não é suficiente.

Mediante as narrativas, é possível destacar que as mulheres sinalizam que em muitos momentos evitam de pedir ajuda, indo ao encontro do que a autora traz, que muitas mães apresentam culpa, constrangimento e vergonha de requererem a sua rede de apoio devido a compreensão social de que a mãe deve ser capaz de suprir e sustentar todas as demandas da maternidade (SOUZA, 2019). Tal como expresso nas falas a seguir:

Minha rede de apoio é só a minha mãe, muitos me ajudam mas a que sempre vai tá comigo é ela. Já o resto, eu sei que me ajudam, mas quando tiverem a oportunidade vão dizer. Vão falar, ou vão jogar na cara. (A2)

E quando ele tá sem leite, ou sem fralda eu não peço para ninguém, eu saio procurar pessoas que não vão falar, ou eu vendo alguma coisa minha. Mas eu não peço. (A2)

Por conseguinte, Vieira (2016) ainda ressalta que o Estado é o responsável por promover múltiplas ações em rede para viabilizar que a família seja amparada, protegida e assim, seja efetivado os seus direitos. Sendo essencial que a família em situação de vulnerabilidade tenha acesso a serviços que possam lhe ofertar assistência e amparo, para que assim, a mesma tenha condições de desempenhar as suas funções afetivas e socializadoras. Logo, esta realidade demanda uma clínica ampliada, necessitando um acolhimento desta mulher pelas redes de apoio social, com a finalidade de um cuidado empático, responsável, humanizado e sensível às necessidades (ACHING; BIFFI; GRANATO, 2016).

Rede de apoio, na maternidade, vou ser bem sincera, eu tive em santa catarina, desde que elas eram bem novinhas, eu não tinha gasto com fralda, com nada. O envolvimento dos serviços públicos me ajudaram muito. Lá é bem diferente daqui. Lá eu tive apoio, aqui eu tenho minha mãe e meu sobrinho... como podem né, minha mãe é surda e recebe o BPC e meu sobrinho é jovem aprendiz, é pouco mas a gente vai se ajudando. E eu recebo o auxílio. E o CRAS, me ajuda quando eu preciso de uma cesta básica. Mas só isso de rede de apoio. Na criação delas, é mais eu. (A3)

Desse modo, com uma ética de alteridade, o profissional deve fornecer maior concessão de seus cuidados aos que se encontram desprotegidos, objetivando fortalecer a prevenção e a promoção de um ambiente em que elas possam, então, fornecer suas competências parentais. É também esperado desses profissionais a criação de um espaço de escuta potente que preveja o desenvolvimento pessoal e familiar, com respeito pelos direitos que possuem (MUÑOZ et. al., 2013).

As narrativas das mulheres que fizeram parte do estudo, indicam a importância da rede de apoio, mas que apesar delas os ciclos de desigualdades persistem e situações de precariedade se repetem. Em certos contextos, a rede de apoio existente pode não ser suficiente para suprir os desafios sociais e psíquicos enfrentados por estas mulheres, reforçando a necessidade de que as políticas públicas sejam efetivas e abrangentes para garantir suporte necessário.

4 DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

A intervenção foi integrada aos momentos de encontro realizados para a coleta de dados, configurando-se como um espaço dedicado ao acolhimento e a escuta. Esses encontros tiveram lugar tanto nas residências das usuárias quanto no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Esses encontros revelaram-se como ocasiões poderosas, uma vez que, por meio da oferta de um ambiente propício a escuta propiciaram uma ação organizada entre as mulheres participantes. Isso possibilitou que essas mulheres não apenas compartilhassem suas experiências, mas também se ouvissem mutuamente e refletissem sobre as suas trajetórias de vida.

Além disso, Rosa et al (2017) ressaltam que a prática da escuta, para além de simplesmente compilar narrativas e traçar a história dos sujeitos, tem o potencial de romper com o pacto social de silenciamento que muitas vezes permeia a sua realidade. Isso é especialmente notável nos entrelaçamentos de vários fatores que as colocam em vulnerabilidade e risco.

O sentimento de medo e desconfiança por parte delas foi observado no percurso das entrevistas, mesmo tendo vínculo com as mulheres, muitas delas nunca tiveram um espaço para falar de si e da sua história. E esses sentimentos são decorrentes de todo um desamparo, invisibilização, e também, opressão. A escuta, nesse sentido, tornou-se intervenção social, no qual foi considerado o lugar dessas mulheres nos discursos da sociedade e visando o rompimento de uma espécie de emudecimento social, para que elas pudessem se observar como protagonistas de suas histórias por meio do resgate de sua memória (ROSA et. al. 2017).

A intervenção, então, também perpassou a função do psicóloga, de oferecer uma escuta qualificada, no qual cada mulher pode entrar em contato com a sua narrativa, com o seu desejo e suas vivências. E, conseqüentemente, apropriando-se de sua própria história (MORETTO, 2019). E, por meio da compreensão do sujeito pelo entendimento da psicanálise, a escuta também vai perpassar os não ditos de cada discurso e o que vai ecoar como desdobramento a posteriori desses encontros. Assim, a intervenção também perfaz a função de testemunho de toda a vulnerabilidade que permeia o cotidiano delas e de seus filhos, levando em consideração todos os fatores sociais que se entremeiam e interseccionam sua vida, por intermédio do resgate de suas de seus percursos de vida.

Conseqüentemente, a intervenção pretendeu propiciar um espaço para que elas mesmas elucidem sua trajetória de constituição como mães. No qual, durante a escuta, as mesmas puderam refletir acerca do que as foi transmitido pelas suas mães/pais ou outras figuras de

cuidado e então, anunciar o que elas abandonaram e o que elas reproduzem. Postas em uma teia de memórias de cuidado, da suas infâncias, da infância de seus filhos, do seu maternar e do maternar que receberam quando crianças. Trazendo para a consciência diversos fatores que estavam adormecidos. Portanto, trazendo a elas um momento de reflexão sobre suas histórias de vida, onde puderam visualizar a sua importância como mulher e como mãe. Identificando suas potencialidades frente a linha do tempo de suas vivências.

A proposta inicial de cada encontro ocorreu pelo Procedimento Desenhos-Estórias com Tema, no qual foi solicitado a cada participante que realiza-se um desenho com a temática da maternidade e depois me contasse uma história a partir do desenho efetuado. Dessa forma, no momento da produção do desenho, em todos os encontros que seus filhos estavam presentes foi muito interessante de ver a troca que houve na ocasião. Ora as crianças ficavam interessadas por ser algo atípico de verem suas mães desenhando, ora pediam também para participar daquele momento. Nesse sentido, houve muita troca entre as mães e seus filhos nessa dinâmica, uma delas vez o desenho e deu para a filha pintar. As crianças avaliavam, sugeriam, riam e traziam suas mães para aquele momento presente. Elas, então, riam, se divertiam, mas também verbalizaram que fazia muito tempo que não pegavam em um lápis de cor, quanto tempo não faziam um desenho. Neste sentido a intervenção proporcionou também um espaço afetivo entre mães e filhos, que talvez possa reverberar para outros momentos da vida destas mulheres e destas crianças, resultando talvez na qualificação destas relações.

Portanto, a dinâmica proposta realizou uma intervenção evidenciada pela troca que as mesmas tiveram com seus filhos. Igualmente, o procedimento favoreceu na construção de um cenário acolhedor, não rígido, que possibilitou a narrativa inicial delas, colocando-as como protagonistas. Inclusive, proporcionando que as mesmas refletissem sobre a temática da maternidade e pudessem ir ao encontro de suas experiências. E, dessa maneira, incentivando e acolhendo a expressão simbólica e da narrativa de cada uma delas.

Nesse ínterim, escutar estas mulheres que são mães em vulnerabilidade social demonstrou o quanto seus contornos estão cobertos de violências. E, para escutá-las, foi fundamental compreender os demarcadores sociais que enlaçam a existência de cada uma, buscando legitimar cada memória. Em nossos encontros individuais foi apresentado acolhimento para as participantes, gerando espaço para reflexões e buscando devolver as vozes dessas mulheres a elas mesmas.

A intervenção também se estendeu ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) pois ao compartilhar com os colegas da equipe o percurso desenvolvido houve uma série de tensionamentos em relação a assistência prestada no serviço, formas de acolhimento,

acesso aos serviços, bem como sobre a maternidade em situação de vulnerabilidade. Tais reflexões impactaram de algum modo nos processos de trabalho.

5 DESCRIÇÃO DO PRODUTO TÉCNICO

Foi desenvolvido um produto técnico a partir da pesquisa-intervenção, sendo um dos resultados provenientes desta, objetivando, conseqüentemente, contribuir frente à realidade estudada, assim como de consolidar o conhecimento com a prática vivenciada. Nesse sentido, foi construído um baralho de cartas que tem o propósito de que a temática maternidade e vulnerabilidade possam ser discutidas e que assim possam reverberar em ações.

O produto técnico foi construído frente às necessidades constatadas durante o processo de coleta de dados da pesquisa. Pensando que estas mulheres passam por muitas dificuldades em nossa sociedade, enquanto mulheres e mães. Foi construído um baralho acerca das “maternidades” visto que são muitas, não sendo apenas de um tipo engessado e romantizado. A partir disso, o jogo será o produto técnico que foi construído com as mulheres, a partir do que elas trouxeram nos encontros, ou durante as entrevistas.

O “Baralho das Maternidades” é uma tecnologia social que tem uma característica bem marcante, que é o da simplicidade. Onde Lassance e Pedreira (2004, p.66) trazem que são um “conjunto de técnicas e procedimentos, associados a formas de organização coletiva, que representam soluções para a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida”. Foi construído por meio do encontro com essas mulheres que são mães em situação de vulnerabilidade social, para que então, sejam aplicados nas equipes que realizam o seu acompanhamento, especialmente nos Centros de Referência de Assistência Social. Mas que podem ser replicados em Unidades Básicas, Hospitais, Maternidades e Estratégias da Saúde da Família. Promovendo então reflexões, mudanças, transformações e educação continuada.

Na coleta de dados foi realizado um procedimento no qual, cada participante realizou um desenho acerca do tema "maternidade", estes foram utilizados para ilustrar cada carta, que acompanha alguns dos recortes das falas das mulheres (que foram ditas durante a produção de dados e intervenção). Assim, objetivando promover reflexão, troca de visões e construção/desconstrução de vários aspectos que permeiam esse tema. Conseqüentemente sendo uma ferramenta para educação continuada sobre a temática da maternidade e vulnerabilidade social. Portanto, esse produto técnico surge no intuito de romper com possíveis imaginários que reforçam estereótipos que estão distantes de uma maternidade real.

Dessa forma, junto ao baralho possui uma carta de recomendações de como aplicar o produto técnico nas equipes. As sugestões trazem que o aplicador deve ser um psicólogo ou outro profissional da área de saúde mental. Serão distribuídas as cartas para cada participante,

em um grupo composto de no máximo dez pessoas. Assim a dinâmica poderá ocorrer de duas formas:

A **primeira** delas indica que serão distribuídas folhas em branco e material para desenho e escrita. O coordenador deve orientar que a partir da carta que receberam devem realizar um desenho e no verso da folha escreverem uma história para posteriormente ser compartilhada no grupo.

A **segunda** dinâmica designa que cada integrante verbalize o que a carta suscitou para si. Sendo realizada uma roda de conversa sobre a temática proposta.

Este produto técnico é um instrumento que objetiva ser uma ferramenta metodológica para o desenvolvimento de ações de educação continuada, que possam promover uma ruptura de conceitos enraizados pela cultura e estrutura social. Pois se faz fundamental que ocorra a quebra desses arquétipos acerca de uma maternidade romantizada e engessada, que não possibilita a pluralidade que confere o maternar e nem abre espaço para que ecoe os sentimentos de ambivalência que estão imbuídas, colocando as mulheres em um silenciamento e opressão de gênero. Ainda mais, quando o cenário em que estão inseridas já confere um isolamento social e uma invisibilidade.

5.1 O modelo do baralho das maternidades



Recomendações

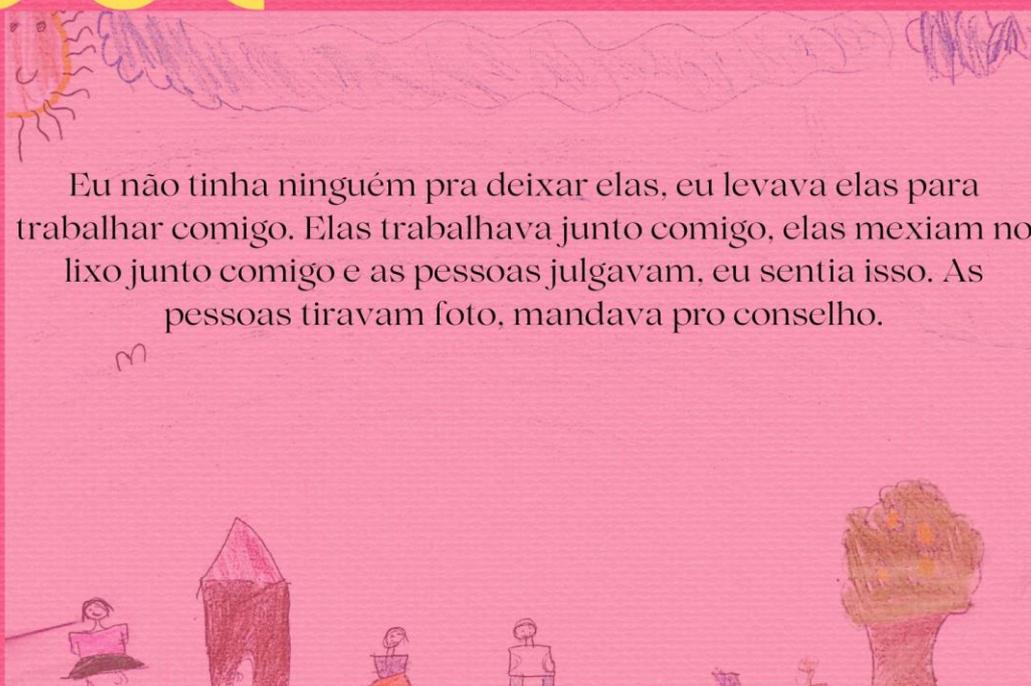
- O aplicador deve ser um psicólogo (a) ou outro profissional da área de saúde mental;
- As cartas serão distribuídas em um grupo composto por no máximo dez pessoas;
- A dinâmica pode ser realizada de duas formas diferentes:

a) Será fornecido folhas em branco e material para desenho e escrita. A partir da carta que receberam devem realizar um desenho e no verso da folha escrever uma história para posteriormente ser compartilhada no grupo.

b) Solicitar que cada integrante do grupo verbalize o que a carta suscitou para si. Sendo realizada uma roda de conversa sobre a temática proposta.

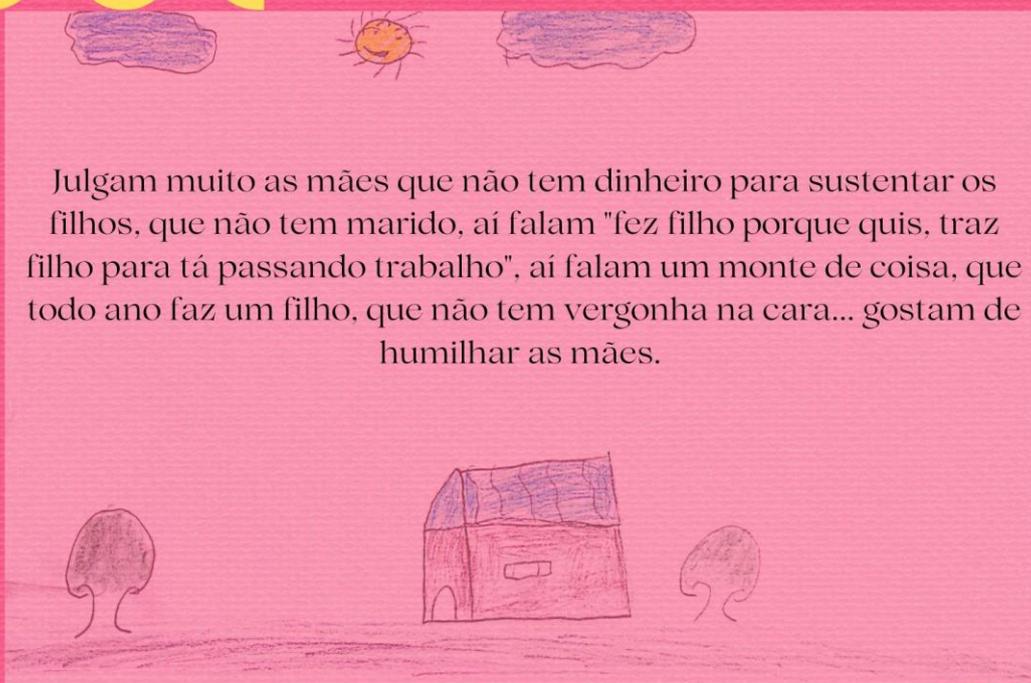


Ela é uma sem vergonha porque abandonou os filhos e está com esse marido que dá-lhe pau nela.



Eu não tinha ninguém pra deixar elas, eu levava elas para trabalhar comigo. Elas trabalhava junto comigo, elas mexiam no lixo junto comigo e as pessoas julgavam, eu sentia isso. As pessoas tiravam foto, mandava pro conselho.

m



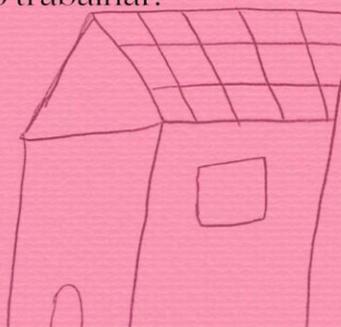
Julgam muito as mães que não tem dinheiro para sustentar os filhos, que não tem marido, aí falam "fez filho porque quis, traz filho para tá passando trabalho", aí falam um monte de coisa, que todo ano faz um filho, que não tem vergonha na cara... gostam de humilhar as mães.



Eu vou lutar por elas, vou trabalhar. Não vai me importar juntar garrafa, ou de varredoura, não vou ter vergonha, desde que eu traga um arroz, um açúcar, igual fazia a minha mãe. Chega de estar chorando escondido de minhas filhas.

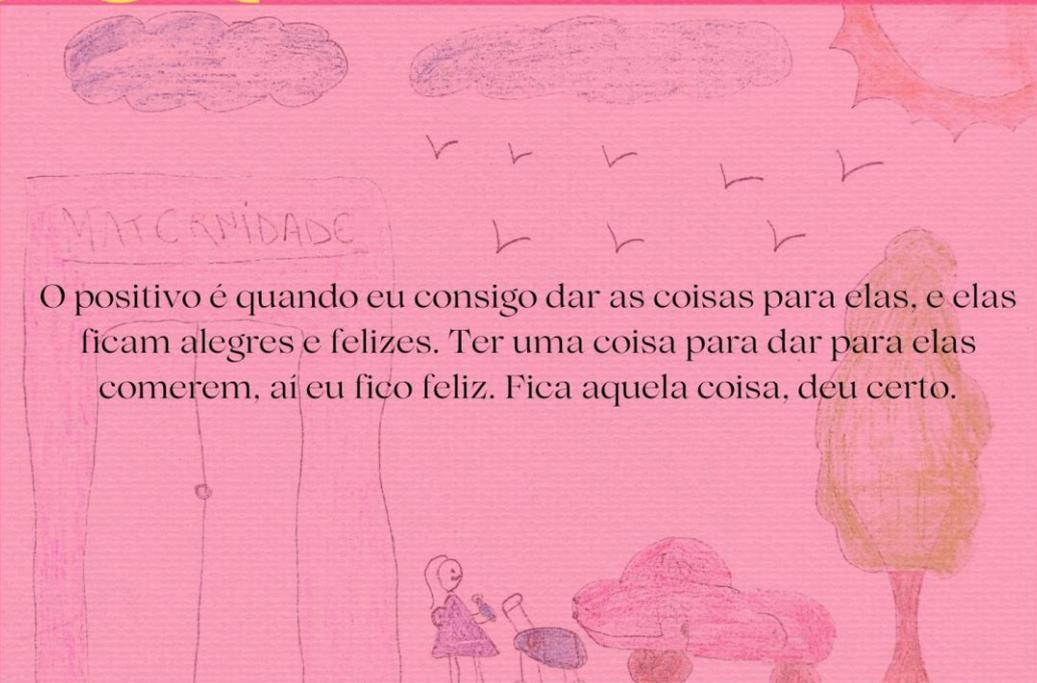


Às vezes eu me culpo de não ficar com a minha filha toda a semana, de ver ela só no sábado e no domingo, de ter que deixar ela com o pai dela e a avó dela. Mas eu sei que pra daqui um tempo, quando ela for maior, para eu poder dar as coisas para ela eu preciso trabalhar.





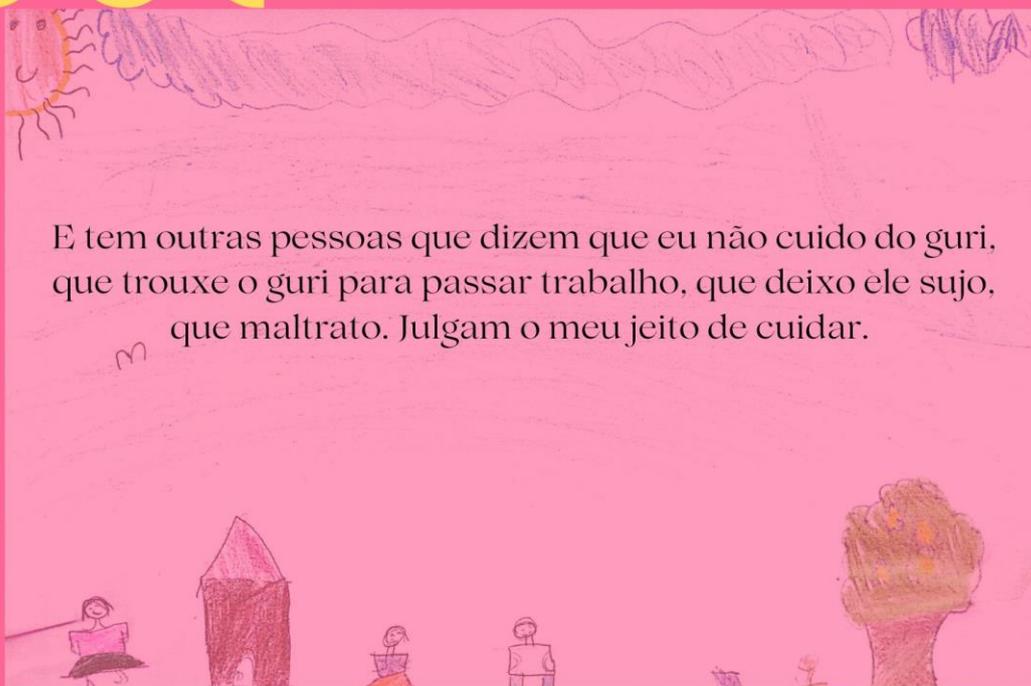
E eu não sou a primeira, e não vou ser a última a ter bastante filho, isso não é um pecado.



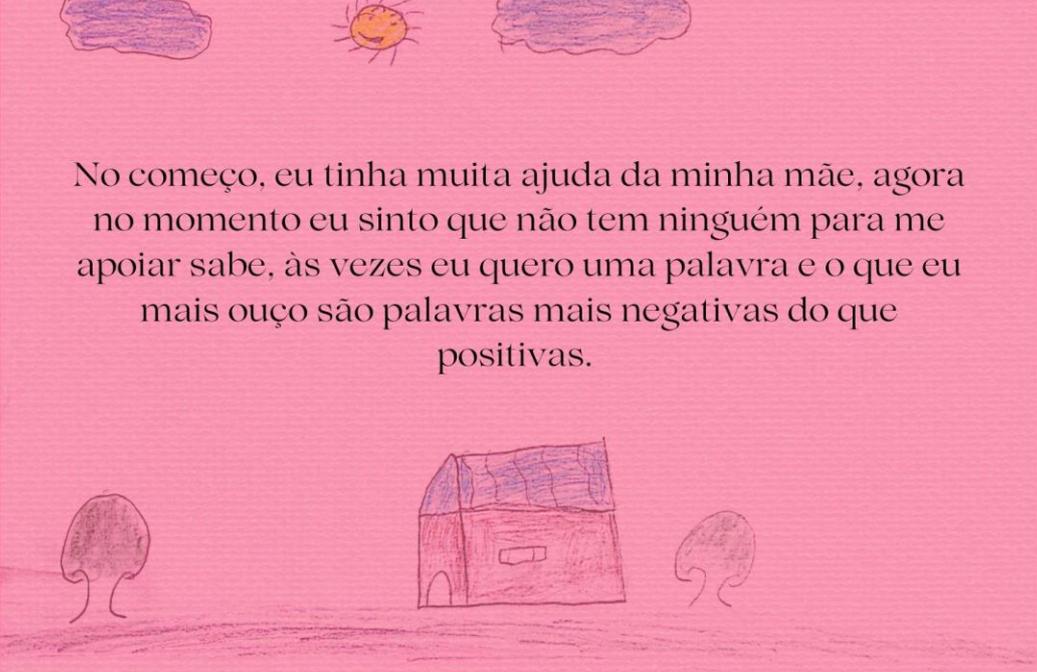
O positivo é quando eu consigo dar as coisas para elas, e elas ficam alegres e felizes. Ter uma coisa para dar para elas comerem, aí eu fico feliz. Fica aquela coisa, deu certo.



A minha mãe saía e eu ficava em casa com os meus cinco irmãos, porque no total nós somos dez. Eu já era mãe. Esse meu irmão mais novo fui eu que criei ele, né?



E tem outras pessoas que dizem que eu não cuido do guri, que trouxe o guri para passar trabalho, que deixo ele sujo, que maltrato. Julgam o meu jeito de cuidar.



No começo, eu tinha muita ajuda da minha mãe, agora no momento eu sinto que não tem ninguém para me apoiar sabe, às vezes eu quero uma palavra e o que eu mais ouço são palavras mais negativas do que positivas.

É muito importante saber como **você** avalia o
“Baralho das Maternidades”

No link abaixo temos um formulário para compreendermos como podemos aprimorar nosso produto:

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeSrs-t6zgg5BIbXO9X48BxY0FJLNj61u3nmxa6qcXTJalwSg/viewform?vc=0&c=0&w=1&flr=0>

Agradecemos seu feedback!

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão central desta pesquisa constituiu-se em identificar as vulnerabilidades que permeiam o cotidiano das mulheres que são acompanhadas pelo Centro de Referência de Assistência Social. E dessa forma, a partir de suas narrativas compreender o imaginário coletivo que é produzido diante da mulher que materna nesse contexto. Assim, as mães em vulnerabilidade social que foram participantes dessa pesquisa, evidenciaram que precisam lidar com uma sociedade que as exige, mas que não as ampara de modo suficiente. Trazendo para a discussão uma experiência marcada pelo desamparo, julgamento e uma rede de apoio enfraquecida.

Por meio das narrativas podemos assinalar que as falas enunciadas perpassam por vários fatores que as colocam em vulnerabilidade social, dentre eles estão a violência doméstica, intrafamiliar, sexual e obstétrica, o trabalho infantil, a precariedade econômica e territorial, o racismo e o preconceito. Portanto, o desamparo em que essas mulheres e crianças estão expostas desencadeiam sentimentos de isolamento e angústia, onde se configuram como determinantes sociais de sua saúde mental. Portanto, indicando o cuidado que as mesmas necessitam, de modo individualizado e sensível, nos diversos locais que transitam, com os diferentes profissionais.

Nesse sentido, a maternidade por ser um conceito que está no imaginário coletivo, já traz um estereótipo esperado, que está arraigado e ancorado, também, pela lógica neoliberal que não legitima e reconhece o sofrimento delas, pois opera no sentido de uma individualidade, no qual traz o imperativo da meritocracia, como se não houvesse desigualdade social e de gênero. Compreendeu-se, então, que essas mulheres estão em condições precárias e pela expectativa social da maternidade acabam muitas vezes, mais isoladas, tendo que lutar sozinhas frente às adversidades que cercam elas e seus filhos. Dessa forma, o imaginário da maternidade permeia sob a perspectiva neoliberal e individualista e também, sob toda a construção conservadora que está estruturada culturalmente.

Dessa forma, elas acabam sendo a mãe que podem ser diante de cada realidade, adversidade, potencialidade e da subjetividade de cada uma. Onde a mãe idealizada, romantizada perde o espaço para a mãe real. As experiências maternas que foram apresentadas durante este trabalho, são permeadas por muitas objeções, que estão associadas às questões de gênero, classe e raça. No qual, essas opressões e privações que enfrentam, estão aliadas às demandas que vem com a maternidade e, dessa forma, possibilitando pouco espaço para que elas reflitam sobre suas próprias questões, desejos, anseios, medos, dúvidas e inseguranças. Ou

seja, possuindo pouco tempo para si própria, pois “devem” dar conta das idealizações acerca do imaginário coletivo da figura materna em meio a tantos determinantes de vulnerabilidade.

Nesse sentido, a maternidade sob o cenário de vulnerabilidade social é uma função complexa e profunda. Por meio das narrativas observa-se a intensa precariedade que sofrem e o quanto são constantemente negadas e não reconhecidas, no qual ocorre um impacto intenso, abrangendo a perspectiva emocional. Trazem que são desvalorizadas em seu modo de cuidar, educar. Onde sua função parental é questionada, invalidada e até o seu desejo de ter mais filhos é visto como algo imoral. Onde a rede de apoio se constitui na sua maior parte por outras mulheres. Portanto, estando sob uma sociedade que dita uma maternidade compulsória, e que também, não investe em mecanismos para o enfrentamento dessas vulnerabilidade, opressões, privações.

A mulher, em nossa sociedade, ainda está ocupando um lugar inferior, enfrentando situações de opressão, como podemos identificar por meio das entrevistas, que acabam denunciando como está marcada e demarcada o existir da mulher. Onde o corpo feminino segue sendo visto ora como objeto, subjogado e ora como um instrumento unicamente do cuidado infantil e associado, então, às funções biológicas e reprodutivas. Entretanto, as mulheres que possuem filhos são também mulheres, antes de qualquer aspecto, dessa forma, devem ser vistas como seres multifacetados e não somente na posição de maternar, educar e cuidar de seus filhos. Aspecto este, que entre as mulheres que fizeram parte da amostra, parecem não ter possibilidade de existência.

O encontro com essas mulheres, oportunizado pela pesquisa de mestrado, permitiu a elas um lugar de escuta para seu sofrimento, suas histórias, suas ressignificações, maternidades, forças e lutas. Assim como, para o conhecimento acadêmico, aproximar-se de uma realidade que não encontra espaço e nem voz em nossa estrutura social, pois são narrativas que não ecoam e realidades invisibilizadas. Conseqüentemente, foi exposto o quanto muitas vezes, os profissionais que atendem e acompanham essas mulheres acabam por patologizar a maternidade em vulnerabilidade social, colocando como uma responsabilidade individual, no qual não abrange toda a conjectura social.

Nesse ínterim, necessitamos de serviços que estejam atentos às realidades, sendo acolhedores com as demandas dessas mulheres, que lhes ofereçam um cuidado humanizado e digno, considerando a realidade concreta das mulheres e de seus núcleos familiares. Onde o atendimento e acompanhamento dessas mulheres seja amparado por um olhar ampliado e cuidadoso, evitando reproduzir discursos de culpabilização. Visando a demanda de espaços de desconstrução da temática da maternidade em vulnerabilidade social para os profissionais. E

em decorrência disso, objetivando atendimentos de qualidade, acompanhamentos integrais que olhem também para a mulher, não apenas para seus filhos. Assim, gerando acolhimento, escuta qualificada e promovendo prevenção no cuidado.

Considerando que a escrita desse trabalho é um ato político destaca que enquanto psicóloga atuante em um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), estudante de pós-graduação na área de concentração em saúde mental e práticas sociais, que esse trabalho final possui também a responsabilidade de descortinar realidades, sensibilizar, colocando em evidência as histórias dessas mulheres em um intuito de que seja investido cada vez mais nas políticas públicas que contemplam esses sujeitos. Convocando todos os agentes sociais, inclusive os leitores desse estudo a realizarem movimentos e elaborações frente a maternidade em vulnerabilidade social. E, dessa forma, assumir um compromisso coletivo para que tenhamos maternidades possíveis, que sejam plurais e amparadas, acolhidas. Como ferramenta para este processo o “Baralho das Maternidades” pode ser um instrumento de apoio para o desenvolvimento de atividades de educação continuada visando a ampliação de debates sobre as maternidades nestes contextos.

Destaca-se, então, a urgência que de que a temática apresentada ainda seja investigada, por não finda-se essa discussão por aqui, sobretudo em um país no qual existe demasiada disparidade na qualidade de vida. Intencionando assim, mudança e transformação.

REFERÊNCIAS

ACHING, M. C. A experiência de mães refugiadas na clínica winnicottiana da maternidade. **Tese de doutorado**, Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Psicologia do Centro de Ciências da Vida - PUC. Campinas, 2017.

ACHING, M. C.; BIFFI, M.; GRANATO, T. M. M. **Mãe de primeira viagem: narrativas de mulheres em situação de vulnerabilidade social**. Maringá: Psicologia em Estudo, v. 21, n.2 p. 235-244, abr./jun. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/27820/pdf>> Acesso em: 26/05/2021.

Aiello-Vaisberg, T. M. J. (1999). Encontro com a loucura: Transicionalidade e ensino de psicopatologia. **Tese de livre docência**, Departamento de Psicologia Clínica, Universidade de São Paulo, São Paulo., 1999.

Aiello-Vaisberg, T. M. J.; Ambrosio, F. F. (2006). Imaginários coletivos como mundos transicionais. In: Aiello-Vaisberg, T. M. J.; Ambrosio, F. F. (org.). **Cadernos ser e fazer: imaginários coletivos como mundos transicionais**, p. 5-8. São Paulo: IPUSP.

ASSIS, Natália Del Ponte de et al. **Mulher, mãe e filha cuidadora: imaginários coletivos sobre relações intergeracionais**. Psicologia Clínica, v. 32, n. 2, p. 213-230, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33208/PC1980-5438v0032n02A01>. Acesso em: 03 ago. 2023.

ASSIS, DNC. Interseccionalidades - Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019. 57 p. Acesso em 08 de junho de 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/30892>

AMARAL, R. E. C.; QUINTELLA, R. R. **O amor e a (re)invenção da vida no contemporâneo**: Lacan com Badiou. Analytica: Revista De Psicanálise, 8(14), 1–20. 2019. Recuperado de <http://seer.ufsj.edu.br/analytica/article/view/3594>

BADINTER, Elisabeth. **O conflito**: a mulher e a mãe. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARBOSA, C. G.; CAMPOS, E. B. V.; NEME, C. M. B. Narcisismo e desamparo: algumas considerações sobre as relações interpessoais na atualidade. *Psicologia USP*, 2021, v.32. São Paulo, 2021.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**: Fatos e mitos 4ªed. Traduzida por SÉRGIO MILLIET. São Paulo: DIFUSÃO EUROPÉIA DO LIVRO, 1970.

BENATTI, A. P.; PEREIRA, C. R. R.; SANTOS, D. C. M.; PAIVA, I. L. **A maternidade em contextos de vulnerabilidade social**: papéis e significados atribuídos por pais e mães. *Interação em psicologia*, vol 24, n. 02. Rio Grande do Norte 2020.

Bersani H. Aportes teóricos e reflexões sobre o racismo estrutural no Brasil. *Extraprensa*. 2018;11(2):175-96. doi: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/148025>

Biroli, F. (2018). *Gênero e Desigualdades: Os Limites da Democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

BOBER, Vanessa Vargas. "Ser mãe é treta: narrativas de mulheres-mães primíparas sobre a constituição de suas maternidades". Dissertação de mestrado. Pós graduação em Tecnologia e Sociedade. Universidade Federal Tecnológica do Paraná. Curitiba, 2021.

Borges, L. (2020). Mãe solteira não. mãe solo! Considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina. *Revista Direito e Sexualidade*, 1, 1-23. <https://doi.org/10.9771/revdirsex.v1i1.36872>.

Brasil 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal no 8.069/90. Ministério da Justiça, Brasília, DF. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf>> Acesso em: 26/05/2021.

BUTLER, Judith. **Corpos em Aliança**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2019

CARMO, M. E.; GUIZARDI, F. L. O Conceito de Vulnerabilidade e Seus Sentidos para as Políticas Públicas de Saúde e Assistência social. *Cad. Saúde Pública*, v. 34, n. 3, p. 1-14, 2018.

CARVALHO, ÂNGELA SOUSA DE. O exercício da maternidade no contexto da violência conjugal: Uma análise psicanalítica. Universidade Federal do Ceará. Centro de Humanidades. Programa de pós-graduação em Psicologia. Doutorado em Psicologia. Fortaleza, 2021.

Colomby, Salvagni e Cheron (org.) *A Covid-19 em múltiplas perspectivas [livro eletrônico]* /

Organizadores Renato Koch Colomby, Julice Salvagni e Cibele Cheron. - 1. ed. - Goiânia : Editora Espaço Acadêmico, 2020. v. ; Ebook.

Carvalho, P. O., & Teixeira, S. M. (2018). O trabalho social com famílias na Proteção Social Básica da assistência social. *Revista em Pauta*, 16, 151-166.
<https://doi.org/10.12957/rep.2018.39426>.

COSTA, R. G. ; PAZ, M. T.; OLIVEIRA, C. R. **A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL: uma análise feminista, antirracista e anticapitalista** *Revista de Políticas Públicas*, vol. 25, núm. 2, pp. 547-564, 2021. Universidade Federal do Maranhão.

COSTA, M. A.; SANTOS, M. P. G. S.; MARCUTI, B. R.L. A.; PIRANI, N., PINTO, C.V.S.; CURI, R.L.C.; RIBEIRO, C.C.; ALBURQUERQUE, C.G. **Vulnerabilidade Social no Brasil: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras**. Rio de Janeiro: 2018.

CUESTA, L. S. **Propuestas teóricas feministas en relación al concepto de maternidade**. Universidad de Granada: Clepsydra, 2008, pp. 169-183. Disponível em:<https://riull.ull.es/xmlui/bitstream/handle/915/14275/CL_07_%282008%29_11.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 02/06/2021.

CRUZ, Samyra Rodrigues. **Uma análise sobre o cenário da fome no Brasil em tempos de pandemia do COVID-19**. *Pensata*,v.9, n.2, 2020.
Disponível em:<https://doi.org/10.34024/pensata.2020.v9.11104>. Acesso em: 08 jun. 2023.

DAMACENO, N. S.; MARCIANO, R. P.; MENEZES, N. R. C. **As representações sociais da maternidade e o mito do amor materno**. *Perspectivas em Psicologia*, Uberlândia, v.25, n.1, p. 199-224, jan/jun. 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DINIZ et. al. (2015). **Violência obstétrica como questão para a saúde pública no Brasil: origens, definições, tipologia, impactos sobre a saúde materna, e propostas para sua prevenção**. *Journal of Human Growth and Development*, 25(3), 377-384.
<https://dx.doi.org/10.7322/jhgd.106080>

DIMENSTEIN, M.; CIRILO NETO, M. Abordagens conceituais da vulnerabilidade no âmbito da saúde e assistência social. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, [S. l.], v. 15,

n. 1, p. 1–17, 2020. Disponível em:
http://periodicos.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/3704. Acesso em: 3 ago. 2023.

DONATH, Orna. **Mães arrependidas**: outra visão da maternidade. Traduzida por Marina Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FERREIRA-TEIXEIRA, M. C.; VISINTIN, C. D. N.; AIELLO-VAISBERG, T. M. J. Imaginário de profissionais de saúde sobre mães de bebês disponíveis para serem adotados. *Psicologia em Revista*: v. 25 n. 3. Belo Horizonte, 2019.

FERNANDES, Caroline Narjara Rodrigues. **Narrativas de vítimas de violência sexual sobre o atendimento na área de saúde**. 2021. 32 f. Trabalho de Conclusão de Residência (Residência em Saúde) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

FONSECA-INACARATO, G. M. "Quem cuida é a mãe": Imaginário coletivo de mediadores judiciais sobre cuidado dos filhos. **Tese de Pós-graduação**. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2021.

Giust-Desprairies, F. (2002). Representação e imaginário. In: J. Barus-Michel, E. Enriquez & A. Levy (Orgs.), *Dicionário de Psicossociologia*. (pp.174-189) Lisboa: **Climepsi**.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>> Acesso em: 26/05/2021.

Gonzaga, P. R. B., & Mayorga, C. (2019). Violências e instituição Maternidade: uma reflexão feminista decolonial. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, 59-73.
<https://doi.org/10.1590/1982-3703003225712>

GONÇALVES, M. **O imaginário coletivo de professores de Ioga Brasileiro: um estudo sobre campos psicológicos**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação na área de Psicologia como Profissão e Ciência. 120p. Campinas: PUC-Campinas, 2008.

GOMES, J.; DIAS, R. **Primeira infância e maternidade nas ruas da cidade de São Paulo**. Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

IACONELLI, Vera. **Mal-estar na maternidade: do infanticídio à função materna.** 2ª ed. São Paulo: Zagodoni, 2020.

IACONELLI, Vera. **Depressão Pós-parto, psicose pós-parto e tristeza materna.** In: Revista Pediatria Moderna. v.41, n. 4. Belo Horizonte: julho-agosto, 2005.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). **Vulnerabilidade Social no Brasil: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras.** Texto para discussão. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea; 2018.

KLAUTAU, P. **O método psicanalítico e suas extensões: escutando jovens em situação de vulnerabilidade social.** 206 Rev. latinoam. psicopatol. fundam., São Paulo, v. 20, n. 1, p. 113-127, Mar. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141547142017000100113&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05/06/22.

KHEDY, R. **Invisibilidade e visibilidade: Paradoxo da parentalidade em situações de vulnerabilidade do laço social.** Cult - Revista Brasileira de Cultura, São Paulo, v.22, n.251, p. 31-33. Nov. 2019.

LASSANCE, J. R. A. E.; PEDREIRA, J. S. Tecnologias sociais e políticas públicas: tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 65-82.

Lima, T. A. (2021). “Mãe solo é mãe sozinha”: tecendo vivências de mães negras em Fortaleza - CE e região metropolitana (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza). Recuperado de https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/63971/3/2021_dis_talima.pdf.

Lopes, D. A., & Prates, A. M. M. C. (2021). **Feminização da pobreza: relações de gênero, racismo e trabalho.** In L. F. S. Siqueira, & L. F. S. Silva (Orgs), Mulheres em situação de vulnerabilidade (pp. 72-82). Maranhão: Editora Expressão Feminista.

MARQUES, C. J. C; SANTOS, K. C.; DANIEL, N. S. S. A romantização da maternidade e seus impactos psicológicos. **Trabalho de conclusão do curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário UNA.** Minas Gerais, 2022.

MARTINS, K. P. H.; KUPERMANN, D. Fome: o umbral da vergonha. TriviumEstudos Interdisciplinares, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 199-209, 2017. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912017000200006. Acesso em: 20/06/2023.

MATA, D. M. da; LIMA, R. de C. G. S. Cuidado de mulheres vítimas de violência doméstica na visão de profissionais de atenção básica: Care of women victims of domestic violence in the view of basic care professionals. *Revista de Saúde Coletiva da UEFS, [S. l.]*, v. 12, n. 1, 2022.

MEIRA, D. S.; BERG, J.; VESTENA, C. L. B. **Vulnerabilidade ou vulnerabilidades?** Um ensaio sobre esta ambiguidade no contexto educacional. *Braz. J. of Develop.*, Curitiba, v.6, n.5, 2020.

MOREIRA, Ana Virgínia do Nascimento. **Os conceitos de risco e vulnerabilidade social na Política Nacional de Assistência Social no Brasil**. 2020. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2005). **Política Nacional de Assistência Social** (PNAS/2004). Recuperado de: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf

MAGALHÃES, M. A. L.; NASCIMENTO, L. A.; ROCHA, W. S. Aspectos psicossociais de mães-solo em contexto de vulnerabilidade social: identidade e enfrentamentos. *Ciências Sociais Aplicadas*, ed. 116, 2022. Disponível em: <<https://revistaft.com.br/aspectos-psicossociais-de-maes-solo-em-contexto-de-vulnerabilidade-social-identidade-e-enfrentamentos/>> Acesso em: 30/06/2023.

Monteiro, S. R. da R. P. (2012). O marco conceitual da vulnerabilidade social. *Sociedade Em Debate*, 17(2), 29-40. Recuperado de <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/695>

MORFIM, J. M. **Mulheres responsáveis pelas famílias: O "empoderamento" como "canto da sereia"**. Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social. Florianópolis, 2018.

MORETTO, Maria Livia Tourinho. *Abordagem psicanalítica do sofrimento nas instituições de saúde*. São Paulo: Zagodoni, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MUÑOZ, A. L. et. al. Vivenciando a maternidade em contextos de vulnerabilidade social: uma abordagem compreensiva da fenomenologia social. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Santiago, 2013. Disponível em:<www.scielo.br/pdf/rlae/v21n4/pt_0104-1169-rlae-21-04-0913.pdf> Acesso em:17/05/2021.

PALMEIRA, C. S. **Autonomia da mulher e exercício de direitos reprodutivos e sexuais**. São Paulo: Editora Dialética, 2023.

Paula E, Chauvet E. **O Renascimento do parto** [DVD]. Brasília: Master Brasil e Ritmo Filmes; 2013. (90 minutos).

PENEQUE, F. C.; GUIMARÃES, R. T. Violência Doméstica: Uma reflexão sócio-jurídico-filosófica pós COVID 19. Revista do curso de direito Strong. nº3, 2022.

PEREIRA, Viviane Souza. 2009 Expressões da Questão Social no Brasil E População de Rua. Notas para uma reflexão. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.9, n.2, p. 179-205, jul./dez. 2009.ISSN 1980-8518.

PONTE, M. As mulheres que existem e suas mortes: uma questão política e psicanalítica. Comunicação Oral. **VII Jornada de Cartéis do Fórum do Campo Lacaniano de Fortaleza**, 2019.

QUINTINO, J. M. L. Violências de gênero, violações de direitos reprodutivos de mulheres gestantes em situação de rua e que usam drogas em Salvador. **Trabalho de conclusão de mestrado**. Programa de Pós-graduação em Saúde da Família. Bahia, 2019.

RESENDE, D. K. **Maternidade**: uma construção histórica e social. Minas Gerais: Revista da Graduação em Psicologia da PUC. v.2, n.4, 2017. Disponível em:
<<file:///C:/Users/User/Downloads/15251-Texto%20do%20artigo-53397-2-10-20170605.pdf>>
Acesso em: 08/06/2021.

ROSA, Débora Cristina Joaquina et al . O conceito de imaginário coletivo em sua acepção psicanalítica: uma revisão integrativa. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro , v. 31, n. 3, p. 577-595, dez. 2019 . Disponível em
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652019000300010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 03 ago. 2023.
<http://dx.doi.org/10.33208/PC1980-5438v0031n03A09>.

ROSA, Míriam Debieux. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do**

sofrimento. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2016.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência.** 2a ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; 2015.

SANTOS, K. D.; MOTTA, I. F. da. **O significado da maternidade na trajetória de três jovens mães: um estudo psicanalítico.** *Estud. psicol. (Campinas)*, Campinas, v. 31, n. 4, p. 517-525, Dec. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2014000400006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05/06/22.

SCHULTE, A. de A.; GALLO-BELLUZZO, S. R.; AIELLO-VAISBERG, T. M. J. A experiência emocional de autoras de mommy blogs. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 107–130, 2019. DOI: 10.5433/2236-6407.2019v10n1p107. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/eip/article/view/28822>. Acesso em: 3 ago. 2023.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 16, p. 137-150, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/3wSKqcsySs8ZV4rHM63K8Lz/?lang=pt>. Acesso em: 13/09/2021.

SILVA, B. L. **Ser mãe é padecer no paraíso?** Recursos psíquicos acionados no processo de tornar-se mãe. Trabalho de conclusão de curso de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2019.

SILVA, M. Educação, emancipação feminina e emancipação humana nos limites do capitalismo contemporâneo: para além de uma questão de gênero. **Dissertação de mestrado.** Programa de pós-graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2020.

SILVA, D.; SILVA, R. L. F. C. Violência contra as mulheres nos relacionamentos conjugais e a dependência emocional: fator que influencia a permanência na relação. *Humanidades & Tecnologia em revista (FINOM)* - ISSN: 1809-1628. Ano XIV, VOL. 20- Jan-Jul. 2020.

SIMOES, Cristiane Helena Dias; FERREIRA-TEIXEIRA, Marcela Casacio; AIELLO-VAISBERG, Tania Maria José. Imaginário coletivo de profissionais de saúde mental sobre o envelhecimento. **Bol. psicol**, São Paulo, v. 64, n. 140, p. 65-77, jun. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432014000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 jun. 2021.

SOUZA, A. R. M. *et.al.*; Implicações da maternidade no mercado de trabalho da mulher. *Rev. Esfera Acadêmica Humanas* (ISSN 2526-1339), vol. 4, nº 2, ano, Vitória ES, 2019.

SOUZA, Marjane Bernardy; SILVA, Maria Fernanda Silva da. Estratégias de enfrentamento de mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão da literatura brasileira. **Pensando fam.**, Porto Alegre , v. 23, n. 1, p. 153-166, jun. 2019 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2019000100012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 ago. 2023.

SOSA, L. G. Construcción social de la maternidad: desmitificando la ecuación mujer=madre como destino ineludible : articulaciones teóricas desde la psicología. Trabajo final de grado. Montevideo : Udelar.FP, 2023.

Spink, P. K. (2003). Pesquisa de campo em psicologia social: Uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia & Sociedade**, 15(2), 18-42.

Spink, P. K. (2008). O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicologia & Sociedade**, 20(spe), 70-77. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/jatsRepo/4518/451866262005/451866262005.pdf>> Acesso em: 26/10/2021.

SPINK, M. J. P. (org.). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: **Cortez**, 1999.

SPINK, M. J. P.; MEDRADO, B. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J. P.(org.) Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: **Cortez**, 1999

Spink MJ; Frezza RM. Práticas Discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da Psicologia Social. In: Spink MJ, organizador. Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. 3ª ed. São Paulo: **Cortez**; 2004. p. 17- 40.

SPINK, MJ. Linguagem e produção de sentidos no cotidiano [online]. Rio de Janeiro: **Centro Edelstein de Pesquisas Sociais**, 2010.

THEOPHILO, R. L.; RATTNER, D.; PEREIRA, É. L. Vulnerabilidade de mulheres negras na atenção ao pré-natal e ao parto no SUS: análise da pesquisa da Ouvidoria Ativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, p. 3505–3516, 2018.

VISINTIN, Carlos Del Negro; MORAES, Cleber José Aló; GRANATO, TaniaMaraMarques. **Reflexões sobre a experiência materna veiculada por revistas femininas dirigidas a gestantes.** In: AIELLO-VAISBERG, Tânia Maria José, et al. *Ser e Fazer: 172 Maternidade em Pesquisas Qualitativas Brasileiras*. [Versão eletrônica]. São Paulo, 2015. Cap. 2.

VIEIRA, Taís Soares. **A Convivência Familiar como Direito Fundamental das Mães em Situação de rua, Usuárias de Drogas, ou não, e seus Filhos.** Artigo (Graduação em Direito) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

Visintin, C. D. N. ., Ambrosio, F. F. e, & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2023). O Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema em pesquisas qualitativas sobre imaginários coletivos. *Estilos Da Clinica*, 28(1), 98-114. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v28i1p98-114>

VIGANO, S. M. M.; LAFFIN, M. H. L. F. **Mulheres, políticas públicas e combate à violência de gênero.** *História*, v. 38, 2019.

WINNICOTT, D. W. Sobre a criança carente e de como ela pode ser compensada pela perda da vida familiar. In: **A Família e o Desenvolvimento Individual**. Belo Horizonte: Interlivros, 1980.

WINNICOTT, D. W. **A família e o desenvolvimento individual**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1997.

ZUBELDIA, M. M.; BARDI, D. C. **Los estereotipos de género en la construcción subjetiva de las niñas:** Su relación con las derivaciones a servicios de salud mental. *Anuario de Investigaciones*, vol. XXVII, Universidade de Buenos Aires (UBA), Facultad de Psicología, Argentina, 2020.